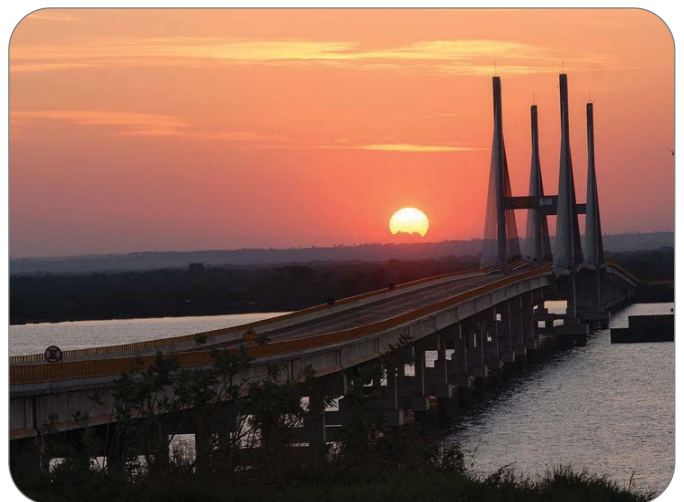


Apoio Técnico na Elaboração do Estudo de Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil



Produto 7: Apresentação das Diretrizes Socioambientais às autoridades para validação

Florianópolis/SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans)
Grupo de Meio Ambiente (GMA)

**Apoio Técnico na Elaboração do Estudo de Diretrizes
Socioambientais do Ministério dos Transportes, Portos e
Aviação Civil**

**Produto 7 – Apresentação das Diretrizes Socioambientais às
autoridades para validação**

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL – MTPA

Esplanada dos Ministérios – Bloco R
CEP. 70044-902 – Brasília/DF

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

Laboratório de Transportes e Logística – LabTrans
Campus Universitário – UFSC, Trindade - Caixa Postal 5005
CEP 88040-970 - Florianópolis - Santa Catarina
www.labtrans.ufsc.br

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL – MTPA

Maurício Quintella Malta Lessa
Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil

SECRETARIA EXECUTIVA – SE

Fernando Fortes Melro Filho
Secretário Executivo

Mateus Salomé do Amaral
Chefe da Assessoria Socioambiental

SECRETARIA DE POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPORTES – SPNT

Herbert Drummond
Secretário de Política Nacional de Transportes

Eimair Bottega Ebeling
Diretor do Departamento de Planejamento de Transportes

Katia Matsumoto Tancon
Coordenadora-Geral de Planejamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

Luis Carlos Cancellier de Olivo
Reitor

Alacoque Lorenzini Erdmann
Vice-reitora

Edson Roberto de Pieri
Diretor do Centro Tecnológico

Lia Caetano Bastos
Chefe do Departamento de Engenharia Civil

LABORATÓRIO DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – LABTRANS

Amir Mattar Valente, Engenheiro Civil, Dr.
Coordenador Geral do LabTrans/UFSC

José Pedro Francisconi Junior, Engenheiro Agrícola, MSc. em Engenharia de Transportes
Coordenador Técnico

Paulo Sérgio dos Santos, Engenheiro Civil
Gerente de Projetos

EQUIPE TÉCNICA E DE APOIO DA UFSC

Ana Carolina Costa Lacerda, Economista
Ana Flávia Maestri, Designer
Anna Elisa Wippel, Advogada
Borges & Almeida Advocacia, Assessoria especializada
Bruno da Silva Volkov, Administrador
Caroline Helena Rosa, Geógrafa
Delmar Gularte, Jornalista, MSc. em Engenharia e Gestão do Conhecimento
Diego Cathcart, Engenheiro Sanitarista e Ambiental
Diva Helena Silva, Administrativo
Luana Gracilia Periotto Costa, Arquiteta e Urbanista, Especialista em Gerenciamento de Projetos
Thayse Corrêa Silveira, Engenheira Sanitarista e Ambiental

BOLSISTAS DE MESTRADO

Diego Borges da Silva
Iuri Alexandro Villetti
Karolina Crespi Gomes
Luiza Fert
Wagner Fontanari Loch
Wemylinn Giovana Florencio Andrade

BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO

Alexandre Teixeira D'Avila da Cunha
Bruno Eduardo Sphair
Cinthia de Souza
Fernanda Paulino Colella
Fernanda Zulianello dos Santos
Gabriel Guimarães Raupp
Guilherme Conrat Koettker
Jéssica Prats Raspini
Juana Maria Lima Racon
Marcela Souza Silva
Maria Carolina Bastiani
Maria Eduarda Aquino
Nubia Carbonari
Tiago Carturani
Vilma de Souza

EQUIPE TÉCNICA DO MTPA

Adriana Rodrigues Bessa Costa
Cibele Dutra França
Katia Matsumoto Tancon
Mateus Salomé do Amaral
Sirléa de Fátima Ferreira Leal Moura

EQUIPE DE APOIO DO MTPA

Cláudia Lúcia dos Santos
Laneque Andrade Souza

Lista de Siglas

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AHP	Análise hierárquica do processo
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ASCOM/MTPA	Assessoria de Comunicação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
ASSAM/MTPA	Assessoria Socioambiental do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONIT	Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOCAS	Companhias Docas
DOU	Diário Oficial da União
EPL	Empresa de Planejamento e Logística
GEE	Gases de Efeito Estufa
GUT	Gravidade, Urgência e Tendência
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
LabTrans/UFSC	Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina
MP	Medida Provisória
MTPA	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAE	Plano de Ação de Emergência
PAMT	Política Ambiental do Ministério dos Transportes
PPA	Plano Plurianual
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos
PR	Presidência da República
RDT	Recursos de Desenvolvimento Tecnológico
SAC	Secretaria de Aviação Civil
SAC/PR	Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
SE/MTPA	Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

SEGES/MTPA	Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
SEP	Secretaria de Portos
SEP/PR	Secretaria de Portos da Presidência da República
SFAT/MTPA	Secretaria de Fomento para Ações de Transportes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
SPNT/MTPA	Secretária de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TR	Termo de Referência
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
VALEC	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A

Lista de Quadros

Quadro 1: Resumo das reuniões entre as equipes técnicas do LabTrans, MTPA e vinculadas 27

Lista de Figuras

Figura 1: Modelo do convite enviado às entidades convidadas a participar do evento..... 30

Figura 2: Envolvidos no evento de validação realizado no dia 17 de outubro de 2016 (imagem 01) .. 32

Figura 3: Envolvidos no evento de validação realizado no dia 17 de outubro de 2016 (imagem 02) .. 32

Apresentação

O presente relatório constitui o Produto 7 - Apresentação das Diretrizes Socioambientais às autoridades para validação, e atende ao Termo de Execução Descentralizada nº 02/2014/SPNT/MT, firmado entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e aos respectivos Termo de Referência (TRs) e Plano de Trabalho do projeto de “Apoio Técnico na Elaboração do Estudo de Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes”.

Este produto refere-se à sétima dentre as nove etapas previstas para desenvolvimento do estudo:

- I. Estabelecimento do Plano de Trabalho;
- II. Realização de entrevistas com entidades da área de transportes e meio ambiente;
- III. Realização do diagnóstico da aplicação da Política Ambiental do MTPA;
- IV. Elaboração de estudo temático socioambiental;
- V. Elaboração de minuta de diretrizes socioambientais do MTPA;
- VI. Realização de *workshop* de apresentação e discussão da minuta de diretrizes socioambientais do MTPA;
- VII. Apresentação às autoridades das diretrizes socioambientais para validação;**
- VIII. Elaboração e lançamento do documento final das diretrizes socioambientais do MTPA; e
- IX. Capacitação Técnica.

Nota Técnica

Durante a elaboração do presente projeto, houve alterações no cenário político do país, que se refletiram na organização da Presidência da República (PR) e dos Ministérios.

Em 12 de maio de 2016 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 726, que reduziu de 32 para 23 o número de Ministérios. Por força dessa MP, foram extintas as Secretarias de Portos da Presidência da República (SEP/PR) e a de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR), que tiveram suas atribuições incorporadas ao Ministério dos Transportes (MT), que passou a se denominar Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA). Na mesma data, foi publicada a Medida Provisória nº 727/2016, criando o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República como órgão de assessoramento imediato ao Chefe do Poder Executivo no estabelecimento e acompanhamento do PPI (art. 7º), que passou a exercer as funções atribuídas ao Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT). Ainda por força da MP nº 727/2016, a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) passou a vincular-se à Secretaria Executiva do Programa de Parcerias de Investimentos como órgão de apoio ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (art. 20).

Com as alterações impostas pela MP nº 726/2016 e MP nº 727/2016, as entidades vinculadas ao MTPA passam a abranger o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A (VALEC), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) e as Companhias Docas (DOCAS).

Em 13 de setembro de 2016, a MP nº 727 transformou-se na Lei nº 13.334, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 14 de setembro de 2016 e a MP nº 726 transformou-se na Lei nº 13.341, publicada no DOU em 29 de setembro de 2016.

Porém, esclarece-se que o termo “vinculadas” ao MTPA, encontrado no texto, abrange o DNIT, a VALEC e a ANTT.

Ainda, mesmo com as atribuições da SEP/PR e SAC/PR tendo sido incorporadas ao MTPA, por força da MP nº 726/2016, estas não serão consideradas no desenvolvimento deste estudo por não fazerem parte do escopo inicial previsto.

Sumário Executivo

Este relatório constitui o Produto 7 – Apresentação às autoridades das Diretrizes Socioambientais para validação.

As atividades basearam-se no que está disposto no Termo de Referência (TR) e no Plano de Trabalho aprovado – Produto 1 – deste estudo, e atendem ao Termo de Execução Descentralizada nº 02/2014/SPNT/MT – firmado entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Trata-se da sétima etapa de desenvolvimento do Estudo de Diretrizes Socioambientais do MTPA, após a definição do Plano de Trabalho, da fase de diagnóstico institucional, técnico e legal, do estudo temático socioambiental para o setor de transportes, da proposição das diretrizes, linhas de ações e respectivas ações, bem como dos processos de aperfeiçoamento da proposta por meio de consulta pública e *workshop* com entidades afins.

Este documento apresenta as informações inerentes ao evento de validação da proposta das diretrizes, realizado na cidade de Brasília/DF, que tiveram como objetivo definir os encaminhamentos finais, bem como a validação dessa proposta.

Durante o evento, houve debate acerca da proposta e foram definidas alterações pontuais que promoveram a melhoria da proposta, bem como a sua validação final.

A próxima etapa deste projeto, conforme o Plano de Trabalho, é a Elaboração e o lançamento do documento final das Diretrizes Socioambientais do MTPA (Produto 8).

Sumário

Introdução	23
1 Objetivos	25
2 Atividades preparatórias	27
3 Evento de validação	29
3.1 Considerações iniciais	29
3.2 Reunião de validação	29
3.2.1 Desenvolvimento e Metodologia	29
3.2.2 Resultado do evento de validação	33
4 Conclusões	47
Apêndices	49
Apêndice 1: Lista contendo representantes das entidades convidadas a participar do evento e respectiva lista de presença	51
Apêndice 2: Material de referência enviado aos convidados do evento de validação.....	57
Apêndice 3: Material impresso utilizado no evento de validação	91
Apêndice 4: <i>Slides</i> utilizados no evento de validação	101

Introdução

Este relatório abrange atividades, análises e resultados concernentes ao processo de aperfeiçoamento e validação da nova proposta de um conjunto de Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), por intermédio da realização de evento de validação, apresentado às autoridades da Administração Superior do MTPA.

São apresentados, no item 1, os objetivos do presente Produto.

No item 2, são indicadas as atividades preparatórias compreendidas no processo de validação da proposta das Diretrizes Socioambientais, suas linhas de ações e suas respectivas ações devidamente priorizadas.

Após, apresentam-se as informações referentes ao desenvolvimento, à metodologia e aos resultados do evento de validação (item 3).

Por fim, são apresentadas as conclusões desta etapa do projeto.

1 Objetivos

O estudo das Diretrizes Socioambientais do MTPA possui como objetivos:

- Avaliar a aplicação da Política Ambiental do Ministério dos Transportes (PAMT)¹ no período de 2002 a 2015;
- Atualizar o alcance temático da PAMT, considerando o presente cenário e os modos de transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário;
- Propor ações que forneçam os subsídios necessários à promoção e ao aperfeiçoamento das políticas públicas e dos projetos a serem executados ou em desenvolvimento pelo setor;
- Elaborar as Diretrizes Socioambientais do MTPA; e
- Apresentar os instrumentos e as ações necessárias à implantação das diretrizes socioambientais.

O objetivo específico desta atividade é validar a proposta de Diretrizes Socioambientais pela Administração Superior do MTPA e entidades vinculadas.

¹ Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/images/MEIO_AMBIENTE/Politica_AmbientalMT.pdf>. Acesso em: 15 novembro 2015.

2 Atividades preparatórias

Conforme o Produto 1 - Plano de Trabalho, e de forma a atender os objetivos propostos para este produto, foram executadas as seguintes tarefas específicas:

- Planejamento do evento de apresentação e validação final da proposta de Diretrizes Socioambientais do MTPA;
- Relatoria do evento e registro em vídeo e gravação; e
- Elaboração e redação do produto final.

Durante o desenvolvimento deste produto, foram realizadas reuniões técnicas no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, envolvendo as equipes técnicas do Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans/UFSC) e do MTPA .

No Quadro 1 apresenta-se um resumo das reuniões realizadas.

Quadro 1: Resumo das reuniões entre as equipes técnicas do LabTrans, MTPA e vinculadas

Data	Pauta
22 e 23/09/16	Desenvolvimento e definição da estrutura metodológica para a realização do evento de validação final da proposta de Diretrizes Socioambientais do MTPA.
18/10/16	Discussão técnica e validação final dos encaminhamentos do evento de validação.

Elaboração: LabTrans/UFSC (2016)

3 Evento de validação

3.1 Considerações iniciais

O objetivo da realização do evento compreende a validação da proposta de Diretrizes Socioambientais do MTPA, que apresenta as ações prioritizadas à Administração do MTPA e entidades vinculadas.

Foi definido que as contribuições poderiam ser direcionadas às diretrizes, linhas de ações e ações, bem como para o eventual reposicionamento das ações no ranqueamento de priorização.

Dessa forma, este capítulo apresenta as informações referentes ao evento de validação e seus resultados.

3.2 Reunião de validação

3.2.1 Desenvolvimento e Metodologia

Conforme previsto no Plano de Trabalho e em comum acordo entre as equipes técnicas do MTPA e do LabTrans/UFSC, foi definida a estrutura metodológica do evento de validação, a qual foi dividida em 6 (seis) etapas:

- i. Convite aos membros da Administração do MTPA e vinculadas;
- ii. Envio de material de referência aos convidados, para análise prévia;
- iii. Entrega de material impresso aos participantes no dia do evento;
- iv. Realização de uma apresentação no dia do evento;
- v. Discussão técnica entre os participantes e a definição dos encaminhamentos do evento de validação; e
- vi. Registro do evento.

A Figura 1 apresenta o modelo do convite enviado aos participantes no dia 07 de outubro. A lista com os representantes das entidades convidadas a participar do evento e a respectiva lista de presença constituem o Apêndice 1 deste relatório.

Figura 1: Modelo do convite enviado às entidades convidadas a participar do evento



Elaboração: ASCOM/MTPA (2016)

As entidades e os órgãos convidados foram:

- Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ);
- Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);

- Assessoria de Comunicação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (ASCOM/MTPA);
- Assessoria Socioambiental do MTPA (ASSAM/MTPA);
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
- Gabinete do Ministro do MTPA;
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
- Secretaria de Aviação Civil (SAC);
- Secretaria Executiva do MTPA (SE/MTPA);
- Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do MTPA (SEGES/MTPA);
- Secretaria de Portos (SEP);
- Secretaria de Fomento para Ações de Transportes do MTPA (SFAT/MTPA);
- Secretária de Política Nacional de Transportes do MTPA (SPNT/MTPA); e
- VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A (VALEC).

No dia 13 de outubro de 2016, foi encaminhado, por e-mail, aos membros da Administração do MTPA e vinculadas, o material de referência citado na etapa “ii”, contendo a contextualização do desenvolvimento do projeto, as novas Diretrizes, suas Linhas de Ações e respectivas Ações, ajustadas ou reformuladas após a etapa de consulta pública (Produto 6). O material de referência apresenta, ainda, o processo utilizado para priorização das ações de acordo com seu grau de relevância e os respectivos resultados, por meio de critérios anteriormente definidos pelas equipes do MTPA e do LabTrans/UFSC, e constitui o Apêndice 2 deste Relatório.

O evento para a apresentação, discussão e definição dos encaminhamentos em relação ao processo de validação da proposta das Diretrizes Socioambientais do MTPA foi realizado no dia 17 de outubro de 2016 com início às 15h no Salão Nobre do MTPA, em Brasília/DF. A Figura 2 e a Figura 3 apresentam os envolvidos no evento de validação.

Figura 2: Envolvidos no evento de validação realizado no dia 17 de outubro de 2016 (imagem 01)



Fonte: ASCOM/MTPA (2016)

Figura 3: Envolvidos no evento de validação realizado no dia 17 de outubro de 2016 (imagem 02)



Fonte: ASCOM/MTPA (2016)

Após o rito de composição da mesa, os Srs. Eimair Bottega Ebeling (SPNT/MTPA) e Prof. Dr. Amir Valente (LabTrans/UFSC) fizeram considerações gerais sobre a importância do evento, com destaque à relevância do projeto das Diretrizes Socioambientais como um posicionamento do Ministério perante a sociedade na interface socioambiental dos transportes.

O material impresso com as ações priorizadas foi entregue no dia do evento (Apêndice 3) para facilitar o debate e permitir aos participantes a análise de cada contribuição realizada durante o processo de validação.

Na sequência, a Coordenadora-Geral de Planejamento da SPNT/MTPA, Sra. Katia Matsumoto Tancon, procedeu a apresentação (Apêndice 4) na qual foram abordadas informações a respeito do histórico do projeto, alinhado ao plano estratégico do Ministério e a sua relevância na definição e na condução das políticas públicas do setor; as etapas de desenvolvimento do projeto, com foco na importância e nos objetivos dessa etapa (Produto 7), além da metodologia utilizada para o processo de priorização das ações: i – matriz *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) (SWOT); ii – análise hierárquica do processo (AHP); e iii – matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT).

Em seguida, houve debate entre os presentes sobre a proposta apresentada. Basicamente, foram discutidas questões referentes à ordem de priorização das ações, a forma de apresentação da priorização no relatório final do projeto, bem como a redação de algumas ações. O resultado dos encaminhamentos do evento de validação é apresentado no tópico seguinte.

Como registro do evento, além da lista de presença, foi realizada uma filmagem, cujo arquivo digital acompanha este relatório.

3.2.2 Resultado do evento de validação

Os encaminhamentos finais do evento de validação que alteraram a proposta das Diretrizes Socioambientais do MTPA foram:

1.

Área Temática: Gestão Socioambiental.

Encaminhamento: Alterar o texto da Ação “Manter estrutura especializada em assuntos socioambientais vinculada à unidade decisória do MTPA” para “Manter estrutura especializada em assuntos socioambientais no MTPA”.

Origem da solicitação: Secretaria Executiva do MTPA.

Justificativa: A retirada do termo “*vinculada à unidade decisória do MTPA*” ocorreu devido à proposta de reestruturação do Ministério. Entretanto, as questões socioambientais no nível ministerial permanecerão tendo o vínculo com as unidades decisórias por meio do Comitê a ser criado (ver encaminhamento 2) para o acompanhamento da implementação das Diretrizes Socioambientais do MTPA.

2.

Área Temática: Políticas Públicas e Planejamento Intersetorial.

Encaminhamento: Alterar o texto da Ação “*Criar comitê técnico com a participação das entidades vinculadas para discussão dos assuntos pertinentes aos fóruns intersetoriais que o MTPA integra*” para “*Criar comitê executivo com a participação do MTPA e entidades vinculadas para acompanhar a implementação das Diretrizes Socioambientais do MTPA*”. A nova ação criada passa a estar na primeira colocação no ranqueamento. Com esse entendimento, e devido ao caráter mais amplo do comitê a ser criado, a ação alterada passará da área temática “*Políticas Públicas e Planejamento Intersetorial*” para a área “*Gestão Socioambiental*”.

Origem da solicitação: Secretaria Executiva do MTPA.

Justificativa: Visto a abrangência do escopo das Diretrizes Socioambientais, bem como a diversidade institucional do MTPA e vinculadas, verificou-se a necessidade da constituição do Comitê de forma a acompanhar e orientar a implementação das ações de todas as 10 diretrizes, e não somente da área temática “*Políticas Públicas e Planejamento Intersetorial*”.

3.

Área Temática: Gestão Socioambiental.

Encaminhamento: A Ação “*Incorporar as questões socioambientais nos sistemas de custo do setor de transportes*” passa da posição 46 para a ordem 3 no ranqueamento.

Origem da solicitação: VALEC.

Justificativa: A necessidade de definir as composições de custos para os serviços e obras de caráter socioambiental foi apresentada como extremamente necessária no âmbito das vinculadas, de forma a dar maior celeridade e resolver indefinições nos processos de gestão atrelados à elaboração dos projetos de engenharia, obras e na fase de operação dos empreendimentos.

4.

Área Temática: Avaliação Ambiental no Planejamento de Transportes.

Encaminhamento: Exclusão da Ação “*Aplicar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) como instrumento de avaliação das políticas, planos e programas do setor de transportes*”.

Origem da solicitação: SEGES/MTPA.

Justificativa: Tendo em vista as discussões no âmbito interministerial na definição de quais instrumentos a serem utilizados na avaliação ambiental de políticas, planos e programas, optou-se pela exclusão da ação que indicava a “*Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)*” como o instrumento a ser utilizado. Entretanto, a avaliação ambiental no planejamento do setor permanece sendo essencial à garantia do cumprimento do compromisso de responsabilidade socioambiental do MTPA.

5.

Área Temática: Avaliação Ambiental no Planejamento de Transportes.

Encaminhamento: Alterar o texto da Ação “*Estimular a inserção da AAE no planejamento regional de transportes*” para “*Estimular a inserção da análise socioambiental no planejamento de transportes*”.

Origem da solicitação: SEGES/MTPA.

Justificativa: Tendo em vista as discussões no âmbito interministerial na definição de quais instrumentos a serem utilizados na avaliação ambiental de políticas, planos e programas, optou-se pela exclusão do termo “*AAE*”. Em relação ao termo “*regional*”, optou-se pela sua exclusão de forma a deixar a ação no sentido mais amplo, por abranger o regional e nacional.

6.

Área Temática: As 10 áreas temáticas.

Encaminhamento: O resultado da priorização global das ações deverá ter caráter sugestivo e a ferramenta de priorização deverá ser entregue pelo LabTrans para o MTPA e vinculadas na etapa 8 deste projeto. O comitê a ser criado poderá utilizá-la na repriorização das ações conforme a necessidade institucional ao longo do tempo.

Origem da solicitação: DNIT.

Justificativa: A priorização de execução das ações terá caráter sugestivo de forma a não tornar rígido o processo de execução pelo MTPA e vinculadas. Esse posicionamento se deu principalmente pela diversidade institucional do MTPA e vinculadas.

Por fim, os quadros a seguir apresentam as dez áreas temáticas, suas diretrizes e o código de identificação utilizado como referência, o qual apresenta as ações devidamente priorizadas após os encaminhamentos do evento de validação.

Área Temática: Políticas Públicas e Planejamento Intersetorial

Linhas de Ações	Ações	Ranking de priorização
Fortalecer a participação do MTPA nos fóruns de discussão intersetoriais	Definir uma agenda para articulação entre os órgãos de infraestrutura para responder aos desafios socioambientais.	22
Fortalecer a participação do MTPA nos fóruns de discussão intersetoriais	Assegurar respaldo político, técnico e jurídico aos representantes do MTPA perante os fóruns intersetoriais.	58
Institucionalizar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Desenvolver solução de informática para gerenciar as informações dos fóruns intersetoriais.	6
Acompanhar as discussões referentes aos ODS, a fim de implementá-los no âmbito das ações e competências do MTPA e das vinculadas.		66

Área Temática: Avaliação Ambiental no Planejamento de Transportes

Diretriz 2: Garantir a inserção da variável socioambiental no planejamento de transporte		Ranking de priorização
Linhas de Ação	Ações	
Fortalecer o planejamento integrado do sistema de transportes considerando a questão socioambiental	Estimular a inserção da análise socioambiental no planejamento de transportes.	51
	Aprimorar a inserção da intermodalidade no planejamento de transportes considerando a questão socioambiental.	57
	Definir indicadores para sistematizar as análises socioambientais, acompanhar e monitorar a implementação das políticas, planos e programas do setor de transportes.	23
	Participar ativamente da elaboração de instrumentos de gestão de território.	52
	Aperfeiçoar a inserção dos instrumentos de territorialidade no planejamento do setor de transportes, promovendo a compatibilização de políticas, planos e programas com o zoneamento ecológico-econômico.	39

Área Temática: Gestão Socioambiental

Diretriz 3: Estabelecer, implantar e manter ações de gerenciamento socioambiental no MTPA e vinculadas		Ranking de priorização
Linhas de Ações	Ações	
Fortalecer a área socioambiental do MTPA e vinculadas	Criar comitê executivo com a participação do MTPA e entidades vinculadas para acompanhar a implementação das Diretrizes Socioambientais do MTPA.	1
	Manter estrutura especializada em assuntos socioambientais no MTPA.	4
Aprimorar a inserção da variável socioambiental nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação	Assegurar a formação de estrutura técnica e gerencial para a área socioambiental do MTPA e vinculadas.	13
	Estabelecer plano de capacitação das questões socioambientais para os envolvidos nas diferentes fases de concepção dos empreendimentos de transportes.	31
	Criar, integrar e uniformizar as iniciativas de gestão socioambiental do MTPA e vinculadas.	11
	Fortalecer a dimensão socioambiental nas vistorias e fiscalizações realizadas pelas vinculadas do MTPA.	65
	Incluir as Diretrizes Socioambientais nas discussões relativas ao Plano Plurianual (PPA) no âmbito do MTPA.	53
	Incluir as Diretrizes Socioambientais na Política de Transportes.	27
	Incorporar as questões socioambientais nos sistemas de custo do setor de transportes.	3
Revisar os normativos, instruções de serviço e procedimentos de gestão ambiental, prevendo a exigência de implementação dos indicadores de desempenho e refletindo a evolução da legislação ambiental.	21	

Área Temática: Gestão Socioambiental

Diretriz 3: Estabelecer, implantar e manter ações de gerenciamento socioambiental no MTPA e vinculadas		Ranking de priorização
Linhas de Ações	Ações	
Consolidar canais de comunicação, articulação institucional e interação	Assegurar a interação contínua entre os técnicos de planejamento e projeto e os técnicos da área socioambiental.	9
	Fortalecer a interação interinstitucional entre o MTPA e órgãos com atuação no processo de licenciamento.	8
	Criar e aperfeiçoar os fóruns de divulgação e aperfeiçoamento das normas técnicas aplicadas ao setor de transportes.	46
	Fortalecer a atuação do MTPA no acompanhamento das tendências mundiais, com destaque para a relação das suas competências com os acordos firmados pelo Governo brasileiro.	67

Área Temática: Mudança do Clima

Diretriz 4: Garantir a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes		
Linhas de Ações	Ações	Ranking de priorização
Promover a adaptação da infraestrutura de transportes às alterações climáticas	Elaborar estudos e estratégias de adaptação à mudança do clima.	68
	Incorporar mecanismos de adaptação na infraestrutura de transportes.	70
Adotar medidas de mitigação	Elaborar e manter atualizados os inventários de emissões do setor de transportes.	48
	Promover a articulação institucional em busca da redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).	56
	Incorporar mecanismos de redução das emissões de GEE em todas as fases da concepção da infraestrutura de transportes.	72

Área Temática: Gestão de Riscos

Diretriz 5: Promover articulação interinstitucional para o desenvolvimento de políticas e ações relacionadas a acidentes e desastres		Ranking de priorização
Linhas de Ações	Ações	
Fortalecer a divulgação de informações e a elaboração de campanhas socioeducativas	Ampliar a divulgação de campanhas socioeducativas de segurança para a prevenção de acidentes.	73
	Disponibilizar informações sobre as ocorrências de desastres e sobre respectivas medidas de resposta.	32
	Disponibilizar ao público os anuários estatísticos de acidentes.	61
	Fortalecer a relação interinstitucional para o estabelecimento de ações de prevenção, mitigação, resposta e recuperação.	35
Estabelecer ações relacionadas a acidentes e a desastres	Apoiar o comitê do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos (P2R2), no que tange ao setor de transportes para elaboração do Plano de Ação de Emergência (PAE) em rodovias.	47
	Incentivar o uso das informações do registro de ocorrências de acidentes e desastres nos planos e projetos do setor.	34
	Reforçar o uso de tecnologias para prevenção e segurança viária nas etapas de construção e operação das vias.	76
	Criar procedimentos para as ações de gerenciamento de riscos, emergência e contingência em todos os modos.	19
Estabelecer, implantar e manter sistemas integrados e unificados de registro de ocorrências de acidentes e desastres	Apoiar a sistematização integrada do registro de ocorrência de acidentes e desastres.	37

Área Temática: Projetos e Estudos Socioambientais

Diretriz 6: Promover a melhoria da qualidade dos projetos e estudos socioambientais		
Linhas de Ações	Ações	Ranking de priorização
Atualizar as instruções de serviço, normas técnicas e procedimentos de gestão socioambiental	Revisar, atualizar e criar manuais, especificações e normas técnicas.	28
	Aperfeiçoar a inserção das questões socioambientais nos estudos de viabilidade.	40
	Desenvolver especificações, normas técnicas e instruções de serviço para o modo hidroviário.	43
	Desenvolver normas para incorporar as questões de mudança do clima no setor de transportes.	59
	Estabelecer, junto aos órgãos ambientais, uma série histórica de dados, permitindo a análise integrada, modelagem de cenários e qualificação do conhecimento sobre a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do setor de transportes.	16
Promover o cumprimento das normas técnicas	Aprimorar a análise e a aprovação dos projetos e estudos.	42
	Aprimorar os instrumentos utilizados para contratação.	44

Área Temática: Pesquisa em Tecnologia e Inovação

Diretriz 7: Estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à sustentabilidade socioambiental dos sistemas de transportes, divulgando os resultados e promovendo o aproveitamento desses		
Linhas de Ação	Ações	Ranking de priorização
Ampliar e fortalecer as atividades de pesquisa em tecnologias e inovações do setor de transportes	Fortalecer unidades de pesquisa no âmbito do MTPA.	71
	Destinar recursos para o desenvolvimento tecnológico em todos os modos de transporte.	75
	Estimular trabalhos de pesquisas na área socioambiental com Recursos de Desenvolvimento Tecnológico (RDT).	63
	Promover atividades e pesquisas no âmbito de desenvolvimento de tecnologias e inovação, promovendo a integração e o aproveitamento do conhecimento produzido.	74
	Estimular pesquisas científicas sobre medidas mitigadoras, compensatórias e potencializadoras dos impactos ambientais gerados pelo setor de transportes, inclusive sobre a eficiência dessas medidas.	54
	Estimular o desenvolvimento de pesquisas na interface mudança do clima e o setor de transportes.	69
	Estimular pesquisas e respectivas publicações sobre pavimentos ecológicos e de baixa emissão sonora, barreiras acústicas, passivos ambientais, travessias urbanas, emissões atmosféricas e passagens de fauna, contabilidade ambiental entre outros, normatizando seu uso.	64

Área Temática: Comunicação Socioambiental

Diretriz 8: Aperfeiçoar a divulgação e discussão da questão socioambiental na política, planos, programas e projetos do MTPA e vinculadas junto ao público e a grupos de interesse		
Linhas de Ações	Ações	Ranking de priorização
Aperfeiçoar e criar novos canais de comunicação com uso de tecnologias de informação	Avaliar a eficiência dos diferentes instrumentos de comunicação, identificando aqueles que devam ser continuados e/ou aperfeiçoados, bem como a necessidade de criação de novos instrumentos.	50
	Definir uma agenda de planejamento setorial para orientar as ações de educação e comunicação socioambiental.	55
	Compartilhar informações sobre as ações socioambientais em plataformas digitais constantemente atualizadas.	18
Aperfeiçoar a comunicação do MTPA e vinculadas com a sociedade	Aperfeiçoar os mecanismos de contribuição da sociedade, fortalecendo o processo de tomada de decisão com respaldo social.	41
	Fortalecer a divulgação das ações de gestão socioambiental desenvolvidas pelo setor de transportes.	60

Área Temática: Licenciamento Ambiental e Autorizações Específicas

Diretriz 9: Manter o contínuo aperfeiçoamento dos processos no licenciamento ambiental em empreendimentos de transportes		Ranking de priorização
Linhas de Ações	Ações	
<p>Aprimorar as relações institucionais do MTPA e vinculadas com os órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental</p>	Participar ativamente das discussões para fins de aperfeiçoamento da legislação ambiental.	25
	Promover a discussão de temas relacionados ao licenciamento ambiental.	17
	Favorecer a integração e o aproveitamento dos resultados dos projetos e estudos de engenharia no processo de licenciamento ambiental.	7
	Envolver especialistas, inclusive dos órgãos envolvidos no licenciamento, na criação e atualização das normas técnicas do MTPA e vinculadas.	24
	Propor a inclusão, em Lei ou Resolução CONAMA, de dispositivo que vincule diretamente a condicionante ao impacto ambiental gerado pelo empreendimento em consonância com as competências institucionais do empreendedor.	14
<p>Assegurar a eficiência processual, possibilitando maior agilidade nas etapas de licenciamento ambiental por parte do MTPA</p>	Desenvolver manuais de instrução para orientar os procedimentos de licenciamento ambiental para todos os modos.	26
	Aprimorar os canais de comunicação, entre o MTPA e vinculadas, com os órgãos envolvidos no licenciamento.	5
	Propor a implementação de normativos que padronizem os procedimentos dos órgãos ambientais em todas as esferas da federação.	15
	Concluir a implantação e aprimorar constantemente o Sistema Informatizado de Gestão das Informações do Licenciamento Ambiental, do MTPA e vinculadas.	2
	Aprimorar a discussão técnica no desenvolvimento dos Termos de Referências (TRs) com órgãos atuantes no processo de licenciamento.	10

Área Temática: Gestão de Desapropriação e Reassentamento

Linhas de Ações	Ações	Ranking de priorização
<p>Diretriz 10: Fortalecer a gestão dos processos de desapropriação, reassentamento e áreas com restrição de uso, de forma a dar maior celeridade e segurança jurídica aos empreendimentos de transporte, assegurando os aspectos socioambientais</p>	Consolidar e atualizar a regulamentação técnica e jurídica para ações de reassentamento em empreendimentos de transporte.	49
	Expandir a aplicação do conceito de vulnerabilidade socioeconômica para os processos de desapropriação.	45
	Promover a padronização de procedimentos jurídicos, por meio de normativos que organizem as responsabilidades nos processos de desapropriação e reassentamento.	33
	Aprimorar a metodologia de inserção dos custos de desapropriação e reassentamento.	29
	Aprimorar o rito processual dos procedimentos de desapropriação e reassentamento.	20
	Fortalecer a celebração de acordos interinstitucionais para agilizar e desburocratizar os procedimentos de desapropriação e reassentamento.	36
	Destinar recursos específicos para desapropriação, reassentamento e áreas com restrição de uso.	62
	Apoiar as iniciativas relacionadas aos projetos de regularização, gestão das faixas de domínio e demais áreas com restrição de uso.	30
	Implementar e aprimorar sistemas de gestão de processos de desapropriação, reassentamento e áreas com restrição de uso.	12
	Qualificar e incrementar o corpo técnico inerente à área temática.	38

4 Conclusões

Este produto relatou a execução do processo – evento de validação realizado na cidade de Brasília/DF – cujo objetivo foi definir os encaminhamentos finais a respeito da proposta das Diretrizes Socioambientais do MTPA, bem como a sua validação final.

Participaram deste evento representantes da Administração Superior do MTPA e suas vinculadas: ANAC, ANTT, ASSAM/MTPA, DNIT, INFRAERO, SAC, SE/MTPA, SEGES/MTPA, SE/MTPA, SEP, SFAT/MTPA, SPNT/MTPA e VALEC.

Dentre os encaminhamentos acatados, para a priorização de execução das ações, foi definido que terá caráter sugestivo, de forma a não tornar rígido o processo de execução pelo MTPA e vinculadas. Esse posicionamento se deu, principalmente, pela diversidade institucional do MTPA e vinculadas. Os outros encaminhamentos foram acerca da ratificação na redação de duas ações, a exclusão de uma ação e a ordem de priorização de duas ações. Dessa forma, o documento final das Diretrizes Socioambientais do MTPA terá 10 diretrizes, 20 linhas de ações e 76 ações.

Com base no resultado dos encaminhamentos definidos no evento de validação, foi possível finalizar a proposta das Diretrizes Socioambientais do MTPA, e é importante salientar que o documento final não trará a priorização devido aos motivos elencados anteriormente.

Por fim, conforme o Plano de Trabalho deste projeto, na próxima etapa será realizada a Consolidação e Lançamento do Documento Final das Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes (Produto 8).

Apêndices

Apêndice 1: Lista contendo representantes das entidades convidadas a participar do evento e respectiva lista de presença



VIA

SUSTENTÁVEL

LISTA DE PRESEÇA

Reunião para apresentação e validação das Diretrizes Socioambientais do MTPA

Local: Salão Nobre do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil



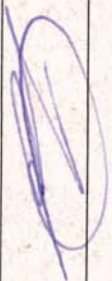



Data: 17/10/2016

Horário: 15 horas

Nome	Órgão	Telefone	E-mail	Assinatura
Adalberto Tokarski	ANTAQ	2029-6644	adalberto.tokarski@antaa.gov.br	
Adriana Rodrigues Bessa Costa	SE/MTPA	2029-7087	adriana.bessa@transportes.gov.br	
Amir Mattar Valente	LabTrans/UFSC	(48) 3721-7115	amir.labtrans@gmail.com	
Ana Patriza Gonçalves Lira	Gabinete do Ministro MTPA	2029-7005	ana.lira@transportes.gov.br	
André Martins de Araujo	DNIT	3315-4166	andre.martins@dnit.gov.br	
Andres Gonzalo Reyes Unda	INFRAERO	3312-1858	andresunda@infraero.gov.br	
Antônio Claret de Oliveira	INFRAERO	3312-3220	presidencia@infraero.gov.br	
Carlos Antonio Rocha de Barros	SE/MTPA	2029-7099	carlos.barros@transportes.gov.br	
Carlos Eduardo de Souza Pereira	SAC	3311-7195	carlos.pereira@aviacao.gov.br	



VIA
SUSTENTÁVEL

Nome	Órgão	Telefone	E-mail	Assinatura
Cibele Dutra de França	ASSAM	2029-7106	cibele.franca@transportes.gov.br	
Dario Rais Lopes	SAC	3311-7195	dario.lopes@transportes.gov.br	
Dino Antunes Dias Batista	SFAT	2029-7737	dino.batista@transportes.gov.br	
Eimair Bottega Ebeling	SPNT	2029-7822	eimair.ebeling@transportes.gov.br	
Jorge Luiz Macedo Bastos	ANTT	3410-1990	dg@antt.gov.br	
José Pedro Francisoni Jr.	LabTrans/UFSC	(48) 3721-7115	francisoni.labtrans@gmail.com	
José Ricardo Pataro B. de Queiroz	ANAC	3314-4202	presidencia@anac.gov.br	
Karla Andrea Rodrigues dos Santos	SAC	3311-7195	karla.santos@aviacao.gov.br	
Katia Matsumoto Tancon	SPNT	2029-7474	katia.tancon@transportes.gov.br	
Luciano de Souza Castro	SEGES	2029-7758	luciano.castro@transportes.gov.br	
Luiz Fernando Garcia da Silva	SEP	3411-3706	luizfernando.silva@portosdobrasil.gov.br	
Luiz Otávio Oliveira Campos	SEP	3411-3706	luiz.campos@portosdobrasil.gov.br	



VIA
SUSTENTÁVEL

Nome	Órgão	Telefone	E-mail	Assinatura
Mário Mondolfo	VALEC	2029-6426	mario.mondolfo@valec.gov.br	
Mateus Salomé do Amaral	SEMTPA	2029-7101	mateus.amaral@transportes.gov.br	
Noboru Ofuji	ANTT	3410-1782	noboru.ofuji@antt.gov.br	
Paulo Santos	LabTrans/UFSC	(48) 3721-7115	paulosantoslabtrans@gmail.com	
Priscila Guimarães Berbereia	ANAC	3314-4528	priscila.berbereia@anac.gov.br	
Sean Bitencourt Lacerda	SFAT	2029 - 7513	sean.lacerda@transportes.gov.br	
Sirléa de Fátima Ferreira Leal Moura	SPNT	2029-7718	sirlea.moura@transportes.gov.br	
Valter Casimiro Silveira	DNIT	3315-4101	diretoria.geral@dnit.gov.br	
Paula Duarte Taghiani	VALEC	2029 6440	paula.taghiani@valec.gov.br	
Shamakh Vicentini	ASSEM/MT	2029-7037	shamakh.vicentini@transportes.gov.br	
Marcelo Sampaio Lubiski	SE/MT	2029-7114	marcelo.sampaio@transportes.gov.br	
PAULO CAUVILLE	DNIT/UFPAENB	3312 3614	paulo-cauville@dnit.gov.br	

Apêndice 2: Material de referência enviado aos convidados do evento de validação

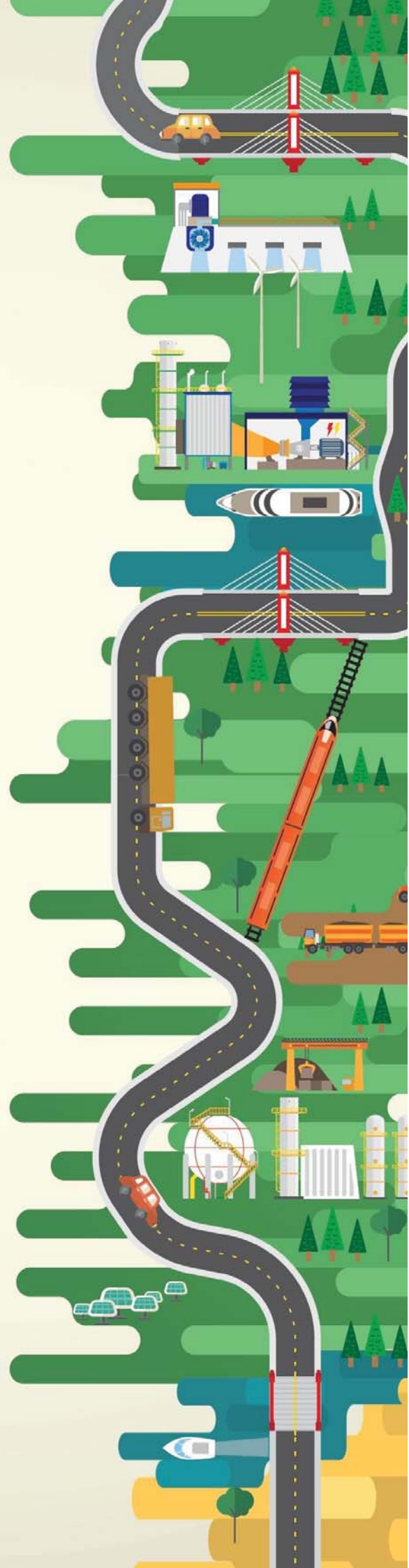


Apresentação das Diretrizes Socioambientais do MTPA para validação

Brasília
Outubro - 2016



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES,
PORTOS E
AVIAÇÃO CIVIL



Apresentação

O presente relatório constitui uma etapa do desenvolvimento do projeto de “Apoio Técnico na Elaboração do Estudo de Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes” e atende ao Termo de Execução Descentralizada¹ firmado entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)² e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O objetivo desta etapa do estudo compreende a validação da proposta de Diretrizes Socioambientais do MTPA, que apresenta as ações prioritizadas, pela Administração do MTPA e entidades vinculadas.

Neste documento são apresentadas informações inerentes ao processo de desenvolvimento da proposta das Diretrizes, Linhas de Ações e respectivas Ações, devidamente prioritizadas.

A reunião de validação está agendada para o dia 17 de outubro de 2016, às 15h, no Salão Nobre do MTPA, quando será apresentado um breve resumo do projeto, culminando nas Diretrizes Socioambientais propostas e respectivas ações prioritizadas.

1 Contextualização

As Diretrizes Socioambientais apoiarão o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) em suas funções institucionais e balizarão as políticas, os planos, os programas e os projetos setoriais. Dessa forma, trarão melhorias na atuação setorial, ampliando a participação e o desempenho do setor no planejamento e no alcance dos objetivos estratégicos do governo, alinhados ao compromisso de responsabilidade socioambiental.

O estudo das Diretrizes Socioambientais do MTPA possui como objetivos:

- Avaliar a aplicação da Política Ambiental do Ministério dos Transportes (PAMT) no período de 2002 a 2015;
- Atualizar o alcance temático da PAMT, considerando o presente cenário e os modos de transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário;
- Propor ações que forneçam os subsídios necessários à promoção e ao aperfeiçoamento das políticas públicas e dos projetos a serem executados ou em desenvolvimento pelo setor;
- Elaborar as Diretrizes Socioambientais do MTPA; e

¹ Termo de Execução Descentralizada n° 02/2014/SPNT/MT.

² Na época denominado Ministério dos Transportes (MT).

- Apresentar os instrumentos e as ações necessárias à implantação das diretrizes socioambientais.

Para atender tais objetivos, de acordo com o Plano de Trabalho, as atividades deste estudo estão sendo desenvolvidas em nove etapas, conforme apresentado no esquema presente na Figura 1.

Figura 1: Etapas do projeto Estudo das Diretrizes Socioambientais do MT



Elaboração: LabTrans/UFSC (2016)

A elaboração da etapa de diagnóstico compreendeu as atividades de preparação, realização e análise das entrevistas com agentes atuantes na interface socioambiental dos transportes. As entrevistas foram realizadas com agentes do MTPA e das suas entidades vinculadas, de entidades em âmbito externo ao MTPA e de empresas privadas, as quais atuam na interface socioambiental dos sistemas de transportes, visando a coleta de informações que respaldem e orientem na elaboração de um quadro atualizado das Diretrizes Socioambientais do MTPA. Outra fase desenvolvida na fase de diagnóstico foi o estudo da aplicação da PAMT (2002), o qual compreendeu: (i) a verificação na prática da implementação das diretrizes propostas em 2002, considerando-se o quadro normativo e institucional vigente e sua evolução ao longo desse período; e (ii) uma análise dos resultados constatados e da atualização do marco normativo-institucional de referência. A seguir apresentam-se as instituições³ que colaboraram nessa fase de diagnóstico: MT (SEGES; SFAT; SPNT; ASSAM); ANTT (SUINF; SUROC); DNIT; VALEC; Codomar; EPL; ANA; ANAC; ANTAQ; DNPM; FCP; Funai; Ibama; ICMBio; IPHAN; MAPA; MCTI; MCidades; MDIC; MMA; MME; MPOG; SAE/PR; SAC/PR; SEP/PR; CNT; Autopista Litoral Sul; Concer; Ferrovia Centro Atlântica; MGO Rodovias; MRS Logística; Triunfo-Concepa e Vale S.A.; e Rumo-ALL.

Para levantar e definir as áreas temáticas que seriam a referência para elaboração da Minuta das Diretrizes Socioambientais do MTPA, foram consideradas as áreas temáticas da PAMT (2002) e as áreas indicadas no Termo de Referência (TR) e no Plano de Trabalho e, complementarmente, foram levantados os temas da interface socioambiental dos transportes identificados no processo de

³ As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2015.

consulta institucional, além do levantamento sobre os temas relacionados, objeto de acordos internacionais.

A partir da definição das áreas temáticas a serem estudadas, foi realizada uma análise de pertinência temática e a delimitação de abrangência do tema em função da área de atuação do MTPA e dos órgãos vinculados.

A análise técnica de cada área temática escolhida teve por enfoque o setor de transportes como um todo, evidenciando particularidades de cada modo. As informações que subsidiaram o desenvolvimento do estudo foram obtidas por intermédio de visitas técnicas, de pesquisa nos *sites* institucionais e de troca de informações via *e-mail* e telefone, no âmbito do MTPA e vinculadas, bem como da análise da consulta institucional, nos resultados do diagnóstico da aplicação da PAMT de 2002 e no levantamento dos aspectos legais. Além disso, foi realizada pesquisa bibliográfica em publicações do setor, teses, dissertações, normativos e acordos internacionais.

Como resultado do processo de levantamento e análise dos temas, teve-se como resultado a seleção de 10 áreas temáticas, a saber:

- Políticas públicas e planejamento intersetorial;
- Avaliação ambiental no planejamento de transportes;
- Gestão socioambiental;
- Mudança do clima;
- Gestão de riscos;
- Projetos e estudos socioambientais;
- Pesquisa em tecnologia e inovação;
- Comunicação socioambiental;
- Licenciamento ambiental e autorizações específicas; e
- Gestão de desapropriação e reassentamento.

O estudo temático das 10 (dez) áreas selecionadas constituíram a principal base referencial para o desenvolvimento da Minuta de Diretrizes Socioambientais do MTPA. Essa minuta foi aberta à consulta pública no período de 01 a 30 de setembro de 2016 e foi apresentada e discutida em *workshop* com instituições da interface socioambiental dos transportes. Dos processos de contribuições, que tinham como objetivo aperfeiçoar a minuta das diretrizes, teve-se como resultado a proposta de diretrizes, linhas de ações e respectivas ações devidamente priorizadas, objeto de validação das autoridades do MTPA e vinculadas. A Figura 2 apresenta a divulgação do processo de consulta pública no *website* do MTPA. A Figura 3 diz respeito à página virtual da consulta pública. A Figura 4 ilustra o *workshop* realizado no dia 06 de setembro no auditório do MTPA.

Figura 2: Divulgação do processo de Consulta Pública (*website do MTPA*)

Política de Transportes

Transporte Rodoviário

Transporte Ferroviário

Transporte Aquaviário

Novas Concessões

ACESSO À INFORMAÇÃO

Institucional

Ações e Programas

Auditoria

Convênios

Despesas

Licitações e contratos

Servidores

Perguntas Frequentes

Informações Classificadas

Sobre a LAI

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Acervo

SUSTENTABILIDADE

Consulta pública da Minuta das Diretrizes Socioambientais - Via Sustentável

Publicado: Quinta, 01 de Setembro de 2016, 10h56
Última atualização em Quarta, 05 de Outubro de 2016, 18h43

G+1
Tweeter
Curtir 2,4 mil




Está aberta à participação dos cidadãos, de 1 a 30 de setembro, a consulta pública para o aprimoramento das políticas públicas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, relativas às aplicações de medidas socioambientais da pasta. A partir das contribuições da sociedade será consolidado o documento sobre as Diretrizes Socioambientais do MT - Via Sustentável, o qual trará as diretrizes que apoiarão as atribuições institucionais e orientarão as políticas, planos, programas do órgão e das instituições vinculadas.

Para participar da consulta, foi elaborada uma [Minuta das Diretrizes Socioambientais - Via Sustentável](#). Desenvolvido pelas equipes técnicas da Secretaria de Política Nacional de Transportes e pela Assessoria Socioambiental do Ministério, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, o documento disponibiliza aos interessados dez diretrizes, linhas de ação e respectivas ações relacionadas às diferentes áreas temáticas para contribuição.

As diretrizes socioambientais propostas terão como função precípua promover melhorias na atuação do setor, alinhando os objetivos estratégicos governamentais, aplicados aos projetos dos modos rodoviário, ferroviário e hidroviário, ao compromisso com a sustentabilidade.


Fonte: MTPA (2016)

Figura 3: Página virtual da consulta pública



Realização

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL



Bem Vindo José Pedro Francisconi Junior

Informações

Políticas Públicas e Planejamento Intersetorial

Avaliação Ambiental no Planejamento de Transportes

Gestão Socioambiental

Mudança do Clima

Gestão de Riscos

Projetos e Estudos Socioambientais

Pesquisa em Tecnologia e Inovação

Comunicação Socioambiental

Licenciamento Ambiental e Autorizações Específicas

Gestão de Desapropriação e Reassentamento

Área Temática: Políticas Públicas e Planejamento Intersetorial

Diretriz 1: Fortalecer o acompanhamento, avaliação e participação na elaboração das políticas públicas, planos e programas intersetoriais na interface socioambiental dos transportes.

Linha de Ação 1: Fortalecer a participação do MT nos fóruns de discussão intersetoriais.

Ação 1: Definir uma agenda para articulação entre os órgãos de infraestrutura para responder aos desafios socioambientais.

Fonte: MTPA (2016)

Figura 4: *Workshop das Diretrizes Socioambientais do MTPA (06/07/2016)*



Fonte: MTPA (2016)

A etapa atual é de apresentação para as autoridades do MTPA e vinculadas. Após a validação da proposta das Diretrizes Socioambientais do MTPA pelas autoridades, o documento contendo as diretrizes será lançado oficialmente em evento previsto a ser realizado na primeira quinzena de novembro. O evento contará com a presença de representantes da Administração Pública Superior, ou seja, autoridades do MTPA, suas entidades vinculadas, juntamente com entidades governamentais, especialmente as relacionadas aos aspectos socioambientais de transportes, e outros convidados.

Complementarmente, será realizado um programa de capacitação voltado para as equipes do MTPA e dos órgãos vinculados, responsáveis pela gestão socioambiental nos respectivos âmbitos de atuação.

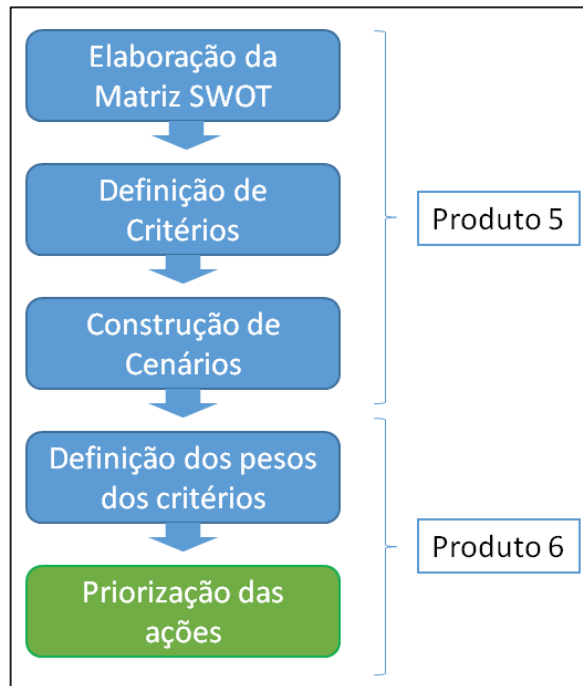
2 Priorização das Ações

Devido à limitação de recursos organizacionais, torna-se premente a necessidade de priorização das 77 ações definidas nas etapas anteriores deste projeto, buscando garantir a eficiência e eficácia na utilização do recurso público.

Para a priorização das ações, foi necessária a definição de critérios que justificassem, tecnicamente, o ordenamento das ações. O processo de construção dos critérios de priorização das ações das Diretrizes Socioambientais do MTPA se desenvolveu por meio da interação técnica entre as equipes do MTPA, das vinculadas e do LabTrans/UFSC.

A Figura 5 apresenta o processo de priorização das ações.

Figura 5: Método para priorização das ações

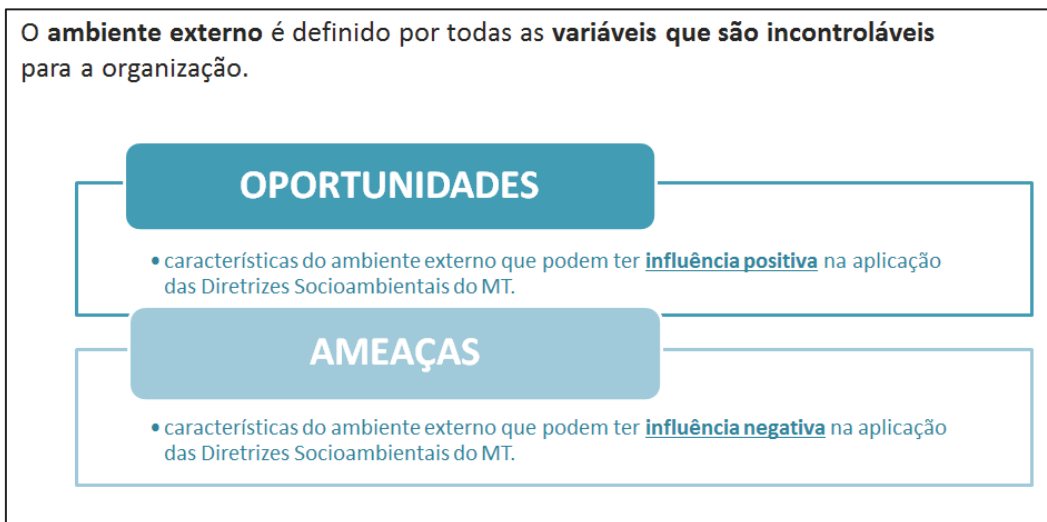


Elaboração: LabTrans/UFSC (2016)

O método utilizado para a priorização das ações começou pela elaboração de uma matriz de *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) (SWOT), considerando-se os dados levantados nas etapas anteriores do projeto e nas linhas de ações propostas dentro das 10 diretrizes anteriormente definidas.

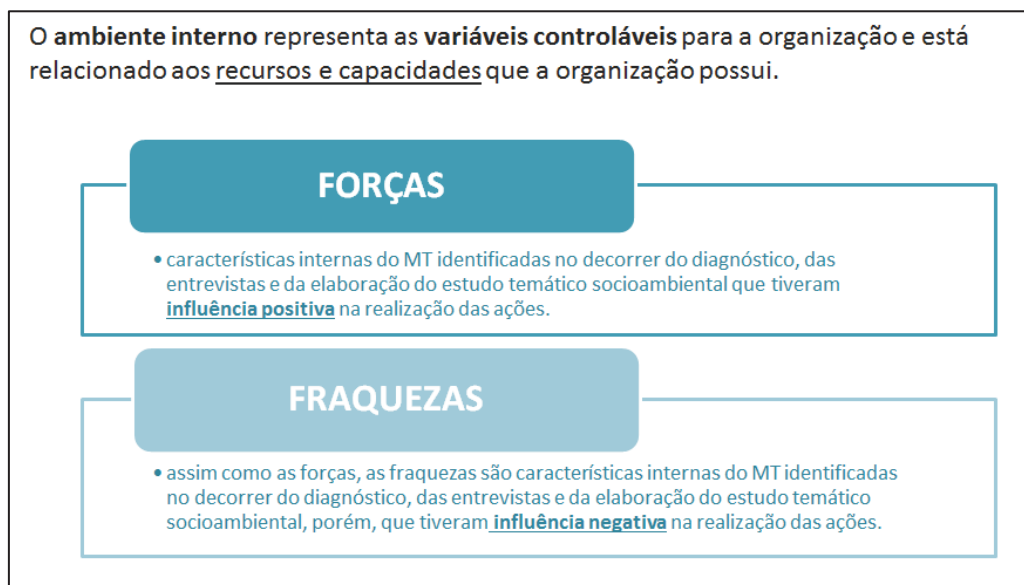
No contexto desse projeto, o objetivo da análise SWOT é avaliar o ambiente de aplicação das diretrizes socioambientais propostas. Tal análise é realizada tendo em vista o ambiente externo – levantando quais são as oportunidades e as ameaças que ele apresenta – e o ambiente interno – considerando as forças e fraquezas apresentadas pelo MTPA na implementação da PAMT de 2002. A Figura 6 e a Figura 7 apresentam o detalhamento dos conceitos adotados como referência para a construção da SWOT.

Figura 6: Detalhamento dos conceitos adotados como referência para a construção da SWOT (ambiente externo)



Elaboração: LabTrans/UFSC (2016)

Figura 7: Detalhamento dos conceitos adotados como referência para a construção da SWOT (ambiente interno)



Elaboração: LabTrans/UFSC (2016)

Posteriormente, os fatores definidos na SWOT foram consolidados em categorias que representavam os principais temas que afetam o ambiente de aplicação das diretrizes. A partir das categorias, construíram-se critérios de priorização das ações.

Os critérios de priorização foram estruturados em dois tipos, os quais mudam o enfoque na construção das escalas para a priorização das ações, conforme Quadro 1. Foram eles:

- Critério estratégico, que avalia o impacto e os resultados da ação; e
- Critério operacional, que avalia a capacidade do MTPA em executar a ação, dado o ambiente atual.

A escala construída para a mensuração dos critérios foi a *likert*, com três cenários, sendo sempre o cenário 5 (cinco) aquele cuja ação possui impacto mais positivo; o cenário 1 (um), o impacto menos positivo; e o 3 (três), de impacto intermediário.

A Figura 8 apresenta as equipes (MTPA, vinculadas e LabTrans/UFSC) na atividade de elaboração da matriz SWOT e a Figura 9 as equipes na definição dos cenários dos critérios. Já o Quadro 1 apresenta os critérios operacionais e estratégicos, bem como os seus cenários definidos.

Figura 8: Atividade de elaboração da matriz SWOT



Fonte: LabTrans/UFSC (2016)

Figura 9: Definição dos cenários dos critérios de priorização



Fonte: LabTrans/UFSC (2016)

Quadro 1: Critérios para priorização das ações

CATEGORIA		CRITÉRIO	CENÁRIO 01	CENÁRIO 03	CENÁRIO 05	
Critérios operacionais: avaliam a capacidade de execução da ação.		Recursos Financeiros	Recursos Financeiros	Não há recursos financeiros disponíveis.	Recursos financeiros dependem da negociação com outras áreas.	Há necessidade de recursos financeiros – ou eles estão disponíveis e alocados ou não há necessidade de recursos financeiros para a realização.
		Recursos Humanos	Recursos Humanos	Não há recursos humanos suficientes e capacitados.	Há recursos humanos capacitados e insuficientes / Recursos humanos não capacitados e suficientes.	Há recursos humanos suficientes e capacitados.
		Conhecimento Técnico (Experiência)	Existência de Conhecimento Técnico (Experiência)	Não há conhecimento técnico (experiência) no âmbito do MTPA para a implementação da ação.	Há conhecimento técnico (experiência) para a implementação da ação, mas não para todos os modos de transporte.	Há conhecimento técnico (experiência) no âmbito do MTPA para a implementação da ação para todos os modos de transporte.
		Incertezas	Interferência da incerteza	Não há possibilidade de prever possíveis impactos das variáveis externas sobre a ação.	Há certa previsibilidade dos impactos das variáveis externas.	Não há variáveis externas que influenciam na execução da ação / Os impactos das variáveis externas são previsíveis.
		Sensibilização Socioambiental	Sensibilização Socioambiental da necessidade da execução da ação.	Não há sensibilização, nem no âmbito técnico tampouco no político, da necessidade da execução da ação.	Há sensibilização no âmbito técnico ou político da necessidade da realização da ação.	Há sensibilização no âmbito técnico e político da necessidade da realização da ação / Não há necessidade da sensibilização.
Critérios estratégicos: avaliam os impactos e resultados da ação		Informação	Sistematização da informação	A ação não gera disponibilização de informação confiável, integrada.	Serão geradas informações confiáveis ou integradas / retroalimentadas ou não.	Gera informação disponível, confiável, integrada e serve como retroalimentação do sistema.
		Burocracia/ Legislação	Agilidade processual	A ação não afeta legislação e não gera agilidade processual.	A ação altera a legislação, sem, entretanto, gerar agilidade processual.	A ação altera a legislação e promove agilidade processual / Mesmo sem alteração de legislação a ação promove agilidade processual.
		Governança	Integração Institucional com foco na sustentabilidade socioambiental	Não promove articulação e comunicação institucional.	Promove articulação ou comunicação institucional eficiente.	Promove articulação e comunicação institucional de forma eficiente, possibilitando a retroalimentação do sistema.

Elaboração: LabTrans/UFSC (2016)

Com a elaboração dos critérios e seus cenários, foram definidos os pesos para cada um, por meio da análise hierárquica do processo (AHP).

Uma das vantagens desse método é a possibilidade de realizar o cálculo da taxa de consistência das análises o qual avalia se a equipe, ao realizar a decisão, foi coerente na atribuição dos níveis de importância de cada um dos pontos avaliados.

Dessa forma, construiu-se inicialmente o modelo que exemplifica a estrutura hierárquica da definição dos pesos dos critérios, como demonstrado na Figura 10.

Figura 10: Estrutura hierárquica da decisão



Elaboração: LabTrans/UFSC (2016)

Nesse caso específico, a questão “Quais ações priorizar?” é o objetivo da tomada de decisão. Os critérios da decisão são, respectivamente, “Critérios Estratégicos” e “Critérios Operacionais” cujas ramificações são consideradas subcritérios.

Para a definição dos pesos, considerando a estrutura hierárquica elaborada, seria necessário a construção de três matrizes de comparação par a par:

- Matriz A: comparando os subcritérios dos “Critérios Estratégicos”;
- Matriz B: Uma comparando os subcritérios dos “Critérios Operacionais”; e
- Matriz C: Uma comparando os Critérios Estratégicos e Operacionais entre si.

Entretanto, por restrições do método, não é possível construir a Matriz C para comparação dos tipos de critérios, uma vez que seriam apenas dois os itens da matriz. Dessa forma, a partir de discussões, considerando outros projetos de estrutura semelhante, foi definido o peso de 0,65 para os critérios estratégicos e 0,35 para os critérios operacionais, valores posteriormente validados com a equipe técnica do MTPA.

As outras duas matrizes, A e B, foram construídas em reunião técnica, em comum acordo entre as equipes do LabTrans/UFSC e do MTPA, por meio da dinâmica chamada *planning poker*. Essa técnica busca estimular o consenso e evitar o domínio de apenas um participante mais incisivo durante o processo. Nela, um moderador explica os termos a serem debatidos e solicita a cada um dos participantes apresentasse, simultaneamente, uma carta com o índice a ser lançado na matriz.

Na identificação de divergências, é solicitado aos especialistas a defesa do seu parecer, de forma a gerar consenso. A Figura 11 apresenta em detalhe as cartas utilizadas na dinâmica *planning poker*.

Figura 11: Cartas utilizadas na dinâmica *planning poker*



Fonte: LabTrans/UFSC (2016)

O Quadro 2 demonstra o resultado final dos pesos dos critérios de priorização. Salienta-se que a taxa de consistência dos valores atribuídos aos pesos dos critérios estratégicos foi de 0%, enquanto que para os critérios operacionais o resultado foi de 8%, valores recomendados pela literatura.

Quadro 2: Resultado peso dos critérios

Tipos de critério	Peso	Critérios	Peso
Estratégicos	0,65	Sistematização da informação	0,40
		Agilidade Processual	0,40
		Integração Institucional	0,20
Operacionais	0,35	Recursos Financeiros	0,11
		Recursos Humanos	0,37
		Existência de Conhecimento Técnico	0,10
		Interferência da Incerteza	0,04
		Sensibilização Socioambiental	0,38

Elaboração: LabTrans/UFSC (2016)

Definidos os critérios e respectivos pesos, o próximo passo foi priorizar as ações de acordo com a metodologia desenvolvida. Para isso, utilizou-se uma adaptação da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), caracterizada como um modelo de pontuação de ações.

A construção do modelo de priorização foi feita organizando os pesos e critérios definidos na fase anterior em uma matriz de priorização, demonstrada na Tabela 1.

Tabela 1: Matriz de Priorização das Ações

Ação	Critérios Estratégico (CE)			Critérios Operacionais (CO)					Nível de Prioridade (NP)
	0,65 (PCE)			0,35 (PCO)					
	Sistematização da informação (C1)	Agilidade Processual (C2)	Integração Institucional (C3)	Recursos Financeiros (C4)	Recursos Humanos (C5)	Existência de Conhecimento Técnico (C6)	Interferência da Incerteza (C7)	Sensibilização Socioambiental (C8)	
	0,40 (PC1)	0,40 (PC2)	0,20 (PC3)	0,11 (PC4)	0,37 (PC5)	0,10 (PC6)	0,04 (PC7)	0,38 (PC8)	

Elaboração: LabTrans/UFSC (2016)

Cada uma das ações foi avaliada, então, de acordo com os cenários definidos na etapa de criação dos critérios de priorização e seu nível de prioridade foi calculado de acordo com a seguinte equação:

$$NP = (C1 * PC1 + C2 * PC2 + C3 * PC3) * PCE + (C4 * PC4 + C5 * PC5 + C6 * PC6 + C7 * PC7 + C8 * PC8) * PCO$$

Para a definição do valor de cada critério, membros das equipes técnicas do LabTrans/UFSC e do MTPA pontuaram todas as ações em todos os critérios.

Os valores das prioridades das ações de cada um dos participantes da atividade foram então normalizados segundo sua amplitude através da seguinte equação:

$$y = \frac{x - \min}{\max - \min}$$

Onde:

- y = valor de prioridade da ação normalizada;
- x = valor de prioridade original da ação;
- min = menor prioridade dada pelo respondente; e
- max = maior prioridade dada pelo respondente.

O objetivo da utilização dessa técnica foi a minimização dos problemas oriundos de diferente interpretação para cada um dos critérios, provenientes da experiência individual dos participantes na atividade de priorização com o uso da GUT.

Os valores de prioridades dos participantes para cada uma das ações foram, então, somados, e a ordenação do valor maior ao menor gerou as ações prioritárias, apresentadas no tópico seguinte.

3 Diretrizes Socioambientais do MTPA

As diretrizes aqui apresentadas estão distribuídas em 10 (dez) áreas temáticas, conforme apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Áreas temáticas

Políticas públicas e planejamento intersetorial
Avaliação Ambiental no Planejamento de Transportes
Gestão Socioambiental
Mudança do Clima
Gestão de Riscos
Projetos e Estudos Socioambientais
Pesquisa em Tecnologia e Inovação
Comunicação Socioambiental
Licenciamento Ambiental e Autorizações Específicas
Gestão de Desapropriação e Reassentamento

Elaboração: LabTrans/UFSC (2016)

A discussão sobre Políticas Públicas e Planejamento Intersectorial e os desdobramentos da Agenda 21 Brasileira continuam a merecer efetiva participação do MTPA e vinculadas, de modo a contribuir com o desenvolvimento socioambiental do setor, buscando a compatibilidade da política de transporte com as de outros setores, em consonância com princípios de sustentabilidade. Visto ainda que as competências do MTPA e das vinculadas são restritas e não podem ser extrapoladas de forma a incorporar medidas de controle sobre atividades de competência de outros órgãos e ministérios, evidencia-se a importância do planejamento intersectorial para determinar com propriedade o tratamento e as respostas às atividades da interface socioambiental e transportes.

A fim de identificar os desafios e oportunidades no campo da inserção e do aperfeiçoamento da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) no planejamento de transportes, no âmbito do MTPA e das vinculadas, o estudo analisou dois planos com características de planejamento multimodal: o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) e o Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI). Percebe-se um avanço em relação à incorporação das questões ambientais e de territorialidade no planejamento multimodal do setor. Na continuidade do processo de planejamento setorial, o MTPA tem o desafio de introduzir a AAE em sua metodologia de trabalho, com o objetivo de analisar os conflitos e as possíveis implicações socioambientais associados à implantação dos empreendimentos previstos nos planos governamentais, visando evitar, reduzir, mitigar ou compensar as implicações

adversas e potencializar as oportunidades, ajudando na formulação de opções estratégicas. A principal força da AAE reside no seu potencial de evitar custos e atrasos em fase posterior de implementação, ao ser inserida no desenvolvimento de políticas e programas mais sustentáveis.

A Gestão Socioambiental constitui forma e método de sistematização das considerações ambientais em uma entidade. As entrevistas realizadas auxiliaram a entender as dificuldades, desafios e oportunidades inerentes à implementação e operação da área temática. O reconhecimento da importância de uma gestão socioambiental mais eficiente e politicamente fortalecida permanece como um desafio para gerar um fluxo contínuo de cooperação e integração no tratamento das questões socioambientais dos empreendimentos de transportes. Houve avanços no estabelecimento de unidades de gestão socioambiental no MTPA e nas entidades vinculadas especialmente a partir de 2012, entretanto ainda é considerado um desafio a pouca disponibilidade de dados sistematizados e georreferenciados, de maneira a integrar definitivamente essas questões, bem como o desenvolvimento de indicadores que possam servir de base para retroalimentação do ciclo de planejamento, controle, monitoramento e execução de ações.

As projeções de Mudança do Clima do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, 2014) preveem para o território brasileiro uma série de variações nos parâmetros climáticos que podem ocasionar impactos diretos e indiretos no setor de transportes. O grau de magnitude dos impactos em termos sociais, ambientais e econômicos, decorrentes dos eventos extremos associados à mudança do clima na infraestrutura de transportes, denota a importância da área temática no âmbito do MTPA e das vinculadas. A adoção de estratégias de adaptação aos impactos da mudança do clima, de forma proativa, minimiza a vulnerabilidade das infraestruturas de transportes e reduz a necessidade de custos com manutenção extra, interrupções de tráfego e outros impactos associados à reparação de danos (SCHWEIKERT et al., 2015). O planejamento de sistemas de transportes deve considerar a análise de risco para o aumento de temperatura, da frequência e da intensidade de precipitação, das inundações e tempestades, sendo importante uma integração das políticas de clima, transporte e desenvolvimento, bem como o monitoramento de dados climáticos e uma reavaliação das políticas e padrões atuais para o setor (PBMC, 2014). Outro eixo dessa área temática está relacionado à responsabilidade do MT e vinculadas no aspecto da redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Nesse caso, reforça-se a necessidade da promoção de ações e articulações institucionais, com objetivo de subsidiar a capacidade de mitigar os efeitos da mudança do clima, como a elaboração dos inventários de emissões do setor e o desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas aos veículos e combustíveis.

A área temática Gestão de Riscos diz respeito ao enfrentamento do risco inerente aos acidentes de transporte nos modos rodoviário, ferroviário e aquaviário. Incluem-se, nessa área,

acidentes no transporte de passageiros e os envolvendo produtos perigosos. No decorrer do item, são referenciados aspectos no gerenciamento de acidentes, na adequação e no aperfeiçoamento das normas de engenharia para concepção da infraestrutura de transportes, e a elaboração e a operacionalização dos planos de contingência de acidentes. Conforme disposto no estudo, o caminho para a solução dos problemas relacionados à gestão de risco de acidentes de transporte está diretamente ligado à interdisciplinaridade e à elaboração de ações que possam integrar as áreas da educação, saúde, engenharia, segurança pública, entre outras, visando às ações pautadas em medidas preventivas e de respeito à garantia institucional, a todos os indivíduos, de circularem livres e com segurança (LABTRANS, 2006). O MT e suas vinculadas têm um importante papel na organização, no gerenciamento, na atuação e no aperfeiçoamento da inserção de ações que busquem a promoção da segurança nos diferentes modos de transporte. Essas ações devem ser inseridas em todas as fases dos empreendimentos do setor: planejamento, projeto, implantação e operação.

Os Projetos e Estudos Socioambientais são essenciais na concepção de sistemas de transportes ambientalmente sustentáveis. Essa área temática é uma novidade em relação à PAMT, e seu desenvolvimento tem por objetivo identificar os desafios e oportunidades na elaboração e no aperfeiçoamento das normas relacionadas aos projetos e estudos na interface socioambiental para o setor de transportes. Por considerar a competência legal das vinculadas ao MTPA na criação, no desenvolvimento e no aperfeiçoamento das normas técnicas da interface socioambiental e o setor de transportes, é indicado que haja um esforço, incluindo a parceria com órgãos afins à matéria, no fortalecimento da qualidade técnica dessas normas, na atualização em relação aos novos aspectos legais e às novas demandas da sociedade, bem como o seu cumprimento no âmbito dos empreendimentos do MTPA e vinculadas.

O fomento à realização de atividades de Pesquisa em Tecnologia e Inovação deve ser buscado pelo MTPA e pelas entidades vinculadas. Essas ações estão centradas na promoção da sustentabilidade técnica, econômica e socioambiental das diferentes fases dos empreendimentos de transportes. As execuções dessas atividades são orientadas no âmbito regimental tanto do MTPA como das vinculadas, com destaque para as ações do Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), cuja produção de normas, manuais, instruções, diretrizes e outros tipos de publicações técnicas são referência para o setor. Destaca-se a necessidade de ampliar e fortalecer as atividades de pesquisa dos modos ferroviário e hidroviário.

A área temática de Comunicação Socioambiental já aparece na PAMT, incorporada à diretriz de Relações Públicas, com a finalidade de “disseminar as informações pertinentes ao Sistema de Gestão Ambiental”, bem como “estabelecer procedimentos de comunicação interna e capacitação” e

“de comunicação externa como apoio a sua implantação” (MT, 2002). O objetivo do estudo dessa área temática é identificar as oportunidades de aperfeiçoamento de canais de comunicação para o público e os grupos de interesse, na divulgação e discussão da política, planos, programas e projetos do MTPA e vinculadas, em relação às questões socioambientais. Para alcançar esse objetivo, é preciso ir além das ações restritas aos empreendimentos e dar mais transparência e visibilidade às decisões institucionais, melhorias e avanços alcançados pelo MTPA e vinculadas. O mesmo se aplica ao aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta pública, para que o uso das contribuições advindas da sociedade possibilite um processo de tomada de decisão com mais respaldo social. Por fim, identifica-se a necessidade de se avaliar os diversos instrumentos e canais de comunicação utilizados para a obtenção de dados consistentes sobre a prestação dos serviços, a eficiência e a eficácia das ações empreendidas.

O Licenciamento Ambiental é um dos instrumentos previstos na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Conforme a Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, é um procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores, ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. A competência para a condução desse procedimento é dos órgãos ambientais, responsáveis por licenciar a localização, instalação, ampliação e a operação desses empreendimentos e atividades. O MTPA e vinculadas, em parceria com instituições afins ao processo de licenciamento, vêm demonstrando uma forte atuação, de forma a tornar o licenciamento dos sistemas de transportes mais eficiente e eficaz e, assim, gerar melhores resultados socioambientais. O MTPA e vinculadas devem ser protagonistas nas discussões que envolvem o aperfeiçoamento do licenciamento ambiental dos empreendimentos de transportes, de maneira que a torná-lo mais efetivo na conservação socioambiental.

A magnitude dos impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes de Desapropriações e Reassentamentos, realizados em obras de infraestrutura de transportes, denotam a importância dessa área temática no âmbito do MTPA e das entidades vinculadas. Os processos de desapropriação e reassentamento não podem ser vistos apenas como forma de remover interferências à execução do empreendimento, mas sim como meio de incluir os que são atingidos pelas obras nos benefícios inerentes ao empreendimento, especialmente os grupos populacionais socialmente mais vulneráveis. Cabe ao MTPA e vinculadas, dadas as suas competências, participar nos processos de gestão de desapropriação por utilidade pública e reassentamento, com o intuito de viabilizar o desenvolvimento sustentável da infraestrutura de transportes no âmbito nacional.

Nos quadros a seguir são apresentadas as Diretrizes, as Linhas de Ações e respectivas Ações, com a indicação da ordem de priorização para sua execução (*ranking*).

Área Temática: Políticas Públicas e Planejamento Intersectorial

Diretriz 1: Fortalecer o acompanhamento, avaliação e participação na elaboração das políticas públicas, planos e programas intersectoriais na interface socioambiental dos transportes		Ranking de priorização
Linhas de Ações	Ações	
Fortalecer a participação do MTPA nos fóruns de discussão intersectoriais	Definir uma agenda para articulação entre os órgãos de infraestrutura para responder aos desafios socioambientais.	21
	Assegurar respaldo político, técnico e jurídico aos representantes do MTPA perante os fóruns intersectoriais.	59
	Desenvolver solução de informática para gerenciar as informações dos fóruns intersectoriais.	4
Aperfeiçoar a articulação entre as áreas do MTPA e as entidades vinculadas	Criar comitê técnico com a participação das entidades vinculadas para discussão dos assuntos pertinentes aos fóruns intersectoriais que o MTPA integra.	52
Institucionalizar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Acompanhar as discussões referentes aos ODS, a fim de implementá-los no âmbito das ações e competências do MTPA e das vinculadas.	67

Área Temática: Avaliação Ambiental no Planejamento de Transportes

Diretriz 2: Garantir a inserção da variável socioambiental no planejamento de transporte		
Linhas de Ação	Ações	Ranking de priorização
Fortalecer o planejamento integrado do sistema de transportes considerando a questão socioambiental	Aplicar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) como instrumento de avaliação das políticas, planos e programas do setor de transportes.	6
	Estimular a inserção da AAE no planejamento regional de transportes.	51
	Aprimorar a inserção da intermodalidade no planejamento de transportes considerando a questão socioambiental.	58
	Definir indicadores para sistematizar as análises socioambientais, acompanhar e monitorar a implementação das políticas, planos e programas do setor de transportes.	22
	Participar ativamente da elaboração de instrumentos de gestão de território.	53
	Aperfeiçoar a inserção dos instrumentos de territorialidade no planejamento do setor de transportes, promovendo a compatibilização de políticas, planos e programas com o zoneamento ecológico-econômico.	38

Área Temática: Gestão Socioambiental

Diretriz 3: Estabelecer, implantar e manter ações de gerenciamento socioambiental no MTPA e vinculadas		Ranking de priorização
Linhas de Ações	Ações	
Fortalecer a área socioambiental do MTPA e vinculadas	Manter estrutura especializada em assuntos socioambientais vinculada à unidade decisória do MTPA.	2
	Assegurar a formação de estrutura técnica e gerencial para a área socioambiental do MTPA e vinculadas.	12
Aprimorar a inserção da variável socioambiental nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação	Estabelecer plano de capacitação das questões socioambientais para os envolvidos nas diferentes fases de concepção dos empreendimentos de transportes.	30
	Criar, integrar e uniformizar as iniciativas de gestão socioambiental do MTPA e vinculadas.	10
	Fortalecer a dimensão socioambiental nas vistorias e fiscalizações realizadas pelas vinculadas do MTPA.	66
	Incluir as Diretrizes Socioambientais nas discussões relativas ao Plano Plurianual (PPA) no âmbito do MTPA.	54
	Incluir as Diretrizes Socioambientais na Política de Transportes.	26
	Incorporar as questões socioambientais nos sistemas de custo do setor de transportes.	46
	Revisar os normativos, instruções de serviço e procedimentos de gestão ambiental, prevendo a exigência de implementação dos indicadores de desempenho e refletindo a evolução da legislação ambiental.	20

Área Temática: Gestão Socioambiental

Diretriz 3: Estabelecer, implantar e manter ações de gerenciamento socioambiental no MTPA e vinculadas		Ranking de priorização
Linhas de Ações	Ações	
Consolidar canais de comunicação, articulação institucional e interação	Assegurar a interação contínua entre os técnicos de planejamento e projeto e os técnicos da área socioambiental.	8
	Fortalecer a interação interinstitucional entre o MTPA e órgãos com atuação no processo de licenciamento.	7
	Criar e aperfeiçoar os fóruns de divulgação e aperfeiçoamento das normas técnicas aplicadas ao setor de transportes.	45
	Fortalecer a atuação do MTPA no acompanhamento das tendências mundiais, com destaque para a relação das suas competências com os acordos firmados pelo Governo brasileiro.	68

Área Temática: Mudança do Clima

Diretriz 4: Garantir a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes		Ranking de priorização
Linhas de Ações	Ações	
Promover a adaptação da infraestrutura de transportes às alterações climáticas	Elaborar estudos e estratégias de adaptação à mudança do clima.	69
	Incorporar mecanismos de adaptação na infraestrutura de transportes.	71
Adotar medidas de mitigação	Elaborar e manter atualizados os inventários de emissões do setor de transportes.	48
	Promover a articulação institucional em busca da redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).	57
	Incorporar mecanismos de redução das emissões de GEE em todas as fases da concepção da infraestrutura de transportes.	73

Área Temática: Gestão de Riscos

Diretriz 5: Promover articulação interinstitucional para o desenvolvimento de políticas e ações relacionadas a acidentes e desastres		Ranking de priorização
Linhas de Ações	Ações	
Fortalecer a divulgação de informações e a elaboração de campanhas socioeducativas	Ampliar a divulgação de campanhas socioeducativas de segurança para a prevenção de acidentes.	74
	Disponibilizar informações sobre as ocorrências de desastres e sobre respectivas medidas de resposta.	31
	Disponibilizar ao público os anuários estatísticos de acidentes.	62
Estabelecer ações relacionadas a acidentes e a desastres	Fortalecer a relação interinstitucional para o estabelecimento de ações de prevenção, mitigação, resposta e recuperação.	34
	Apoiar o comitê do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos (P2R2), no que tange ao setor de transportes para elaboração do Plano de Ação de Emergência (PAE) em rodovias.	47
	Incentivar o uso das informações do registro de ocorrências de acidentes e desastres nos planos e projetos do setor.	33
	Reforçar o uso de tecnologias para prevenção e segurança viária nas etapas de construção e operação das vias.	77
Estabelecer, implantar e manter sistemas integrados e unificados de registro de ocorrências de acidentes e desastres	Criar procedimentos para as ações de gerenciamento de riscos, emergência e contingência em todos os modos.	18
	Apoiar a sistematização integrada do registro de ocorrência de acidentes e desastres.	36

Área Temática: Projetos e Estudos Socioambientais

Diretriz 6: Promover a melhoria da qualidade dos projetos e estudos socioambientais		
Linhas de Ações	Ações	Ranking de priorização
Atualizar as instruções de serviço, normas técnicas e procedimentos de gestão socioambiental	Revisar, atualizar e criar manuais, especificações e normas técnicas.	27
	Aperfeiçoar a inserção das questões socioambientais nos estudos de viabilidade.	39
	Desenvolver especificações, normas técnicas e instruções de serviço para o modo hidroviário.	42
	Desenvolver normas para incorporar as questões de mudança do clima no setor de transportes.	60
	Estabelecer, junto aos órgãos ambientais, uma série histórica de dados, permitindo a análise integrada, modelagem de cenários e qualificação do conhecimento sobre a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do setor de transportes.	15
Promover o cumprimento das normas técnicas	Aprimorar a análise e a aprovação dos projetos e estudos.	41
	Aprimorar os instrumentos utilizados para contratação.	43

Área Temática: Pesquisa em Tecnologia e Inovação

Diretriz 7: Estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à sustentabilidade socioambiental dos sistemas de transportes, divulgando os resultados e promovendo o aproveitamento desses		
Linhas de Ação	Ações	Ranking de priorização
Ampliar e fortalecer as atividades de pesquisa em tecnologias e inovações do setor de transportes	Fortalecer unidades de pesquisa no âmbito do MTPA.	72
	Destinar recursos para o desenvolvimento tecnológico em todos os modos de transporte.	76
	Estimular trabalhos de pesquisas na área socioambiental com Recursos de Desenvolvimento Tecnológico (RDT).	64
	Promover atividades e pesquisas no âmbito de desenvolvimento de tecnologias e inovação, promovendo a integração e o aproveitamento do conhecimento produzido.	75
	Estimular pesquisas científicas sobre medidas mitigadoras, compensatórias e potencializadoras dos impactos ambientais gerados pelo setor de transportes, inclusive sobre a eficiência dessas medidas.	55
	Estimular o desenvolvimento de pesquisas na interface mudança do clima e o setor de transportes.	70
	Estimular pesquisas e respectivas publicações sobre pavimentos ecológicos e de baixa emissão sonora, barreiras acústicas, passivos ambientais, travessias urbanas, emissões atmosféricas e passagens de fauna, contabilidade ambiental entre outros, normatizando seu uso.	65

Área Temática: Comunicação Socioambiental

Diretriz 8: Aperfeiçoar a divulgação e discussão da questão socioambiental na política, planos, programas e projetos do MTPA e vinculadas junto ao público e a grupos de interesse		
Linhas de Ações	Ações	Ranking de priorização
Aperfeiçoar e criar novos canais de comunicação com uso de tecnologias de informação	Avaliar a eficiência dos diferentes instrumentos de comunicação, identificando aqueles que devam ser continuados e/ou aperfeiçoados, bem como a necessidade de criação de novos instrumentos.	50
	Definir uma agenda de planejamento setorial para orientar as ações de educação e comunicação socioambiental.	56
	Compartilhar informações sobre as ações socioambientais em plataformas digitais constantemente atualizadas.	17
Aperfeiçoar a comunicação do MTPA e vinculadas com a sociedade	Aperfeiçoar os mecanismos de contribuição da sociedade, fortalecendo o processo de tomada de decisão com respaldo social.	40
	Fortalecer a divulgação das ações de gestão socioambiental desenvolvidas pelo setor de transportes.	61

Área Temática: Licenciamento Ambiental e Autorizações Específicas

Diretriz 9: Manter o contínuo aperfeiçoamento dos processos no licenciamento ambiental em empreendimentos de transportes		Ranking de priorização
Linhas de Ações	Ações	
Aprimorar as relações institucionais do MTPA e vinculadas com os órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental	Participar ativamente das discussões para fins de aperfeiçoamento da legislação ambiental.	24
	Promover a discussão de temas relacionados ao licenciamento ambiental.	16
	Favorecer a integração e o aproveitamento dos resultados dos projetos e estudos de engenharia no processo de licenciamento ambiental.	5
	Envolver especialistas, inclusive dos órgãos envolvidos no licenciamento, na criação e atualização das normas técnicas do MTPA e vinculadas.	23
	Propor a inclusão, em Lei ou Resolução CONAMA, de dispositivo que vincule diretamente a condicionante ao impacto ambiental gerado pelo empreendimento em consonância com as competências institucionais do empreendedor.	13
Assegurar a eficiência processual, possibilitando maior agilidade nas etapas de licenciamento ambiental por parte do MTPA	Desenvolver manuais de instrução para orientar os procedimentos de licenciamento ambiental para todos os modos.	25
	Aprimorar os canais de comunicação, entre o MTPA e vinculadas, com os órgãos envolvidos no licenciamento.	3
	Propor a implementação de normativos que padronizem os procedimentos dos órgãos ambientais em todas as esferas da federação.	14
	Concluir a implantação e aprimorar constantemente o Sistema Informatizado de Gestão das Informações do Licenciamento Ambiental, do MTPA e vinculadas.	1
	Aprimorar a discussão técnica no desenvolvimento dos Termos de Referências (TRs) com órgãos atuantes no processo de licenciamento.	9

Área Temática: Gestão de Desapropriação e Reassentamento

Diretriz 10: Fortalecer a gestão dos processos de desapropriação, reassentamento e áreas com restrição de uso, de forma a dar maior celeridade e segurança jurídica aos empreendimentos de transporte, assegurando os aspectos socioambientais		Ranking de priorização
Linhas de Ações	Ações	
<p>Aprimorar o escopo e entendimentos normativos, técnicos e jurídicos desta área temática</p> <p>Aprimorar a gestão dos procedimentos de desapropriação reassentamento e áreas com restrição de uso</p>	Consolidar e atualizar a regulamentação técnica e jurídica para ações de reassentamento em empreendimentos de transporte.	49
	Expandir a aplicação do conceito de vulnerabilidade socioeconômica para os processos de desapropriação.	44
	Promover a padronização de procedimentos jurídicos, por meio de normativos que organizem as responsabilidades nos processos de desapropriação e reassentamento.	32
	Aprimorar a metodologia de inserção dos custos de desapropriação e reassentamento.	28
	Aprimorar o rito processual dos procedimentos de desapropriação e reassentamento.	19
	Fortalecer a celebração de acordos interinstitucionais para agilizar e desburocratizar os procedimentos de desapropriação e reassentamento.	35
	Destinar recursos específicos para desapropriação, reassentamento e áreas com restrição de uso.	63
	Apoiar as iniciativas relacionadas aos projetos de regularização, gestão das faixas de domínio e demais áreas com restrição de uso.	29
	Implementar e aprimorar sistemas de gestão de processos de desapropriação, reassentamento e áreas com restrição de uso.	11
	Qualificar e incrementar o corpo técnico inerente à área temática.	37

4 Considerações Finais

Conforme exposto, este documento apresenta a proposta das Diretrizes Socioambientais do MTPA, Linhas de Ações e respectivas Ações priorizadas. Foram apresentados a metodologia e os passos seguidos na concepção do projeto e seu conteúdo será objeto de análise e validação pelas autoridades do MTPA e vinculadas durante a reunião.

Após a validação da proposta das Diretrizes Socioambientais do MTPA, o documento contendo as diretrizes será lançado oficialmente em evento previsto a ser realizado na primeira quinzena de novembro. Esse evento contará com a presença de representantes da Administração Pública Superior, ou seja, autoridades do MTPA, suas entidades vinculadas, juntamente com entidades governamentais, especialmente as relacionadas aos aspectos socioambientais e de transportes, entre outros convidados.

Complementarmente, será realizado um programa de capacitação voltado para as equipes do MTPA e dos órgãos vinculados, responsáveis pela gestão socioambiental nos respectivos âmbitos de atuação.

5 Referências

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. 5. ed. Cambridge University Press, Cambridge, 2014. Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA.

LABORATÓRIO DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA - LABTRANS. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. **METODOLOGIA PARA TRATAMENTO DE ACIDENTES DE TRÁFEGO EM RODOVIAS**. 2006. Disponível em: <<http://www.cetsp.com.br/media/412394/9-dnit.pdf>>. Acesso em: 27 fevereiro 2016.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT. **Política Ambiental do Ministério dos Transportes**. Brasília. 2002. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/images/MEIO_AMBIENTE/Politica_AmbientalMT.pdf>. Acesso em: 15 novembro 2015.

PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - PBMC. **Mitigação das Mudanças Climáticas**. COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro. 2014.

SCHWEIKERT, Amy, CHINOWSKY, Paul, KWIATKOWSKI, Kyle, JOHNSON, Akash, SHILLING, Elizabeth, STRZEPEK, Kenneth, STRZEPEK, Niko. **Road Infrastructure and Climate Change: Impacts and Adaptations for South Africa**. Journal of Infrastructure Systems, v. 21 (3), 04014046, 2015.

Apêndice 3: Material impresso utilizado no evento de validação

Apresentação das Diretrizes Socioambientais do MTPA para validação

Brasília
Outubro - 2016



Diretrizes Socioambientais do MTPA

Quadro 1: Diretrizes Socioambientais do MTPA

Diretriz 1: Fortalecer o acompanhamento, avaliação e participação na elaboração das políticas públicas, planos e programas intersetoriais na interface socioambiental dos transportes.
Diretriz 2: Garantir a inserção da variável socioambiental no planejamento de transporte.
Diretriz 3: Estabelecer, implantar e manter ações de gerenciamento socioambiental no MT e vinculadas.
Diretriz 4: Garantir a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes.
Diretriz 5: Promover articulação interinstitucional para o desenvolvimento de políticas e ações relacionadas a acidentes e desastres naturais.
Diretriz 6: Promover a melhoria da qualidade dos projetos e estudos socioambientais.
Diretriz 7: Estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à sustentabilidade socioambiental dos sistemas de transportes, divulgando os resultados e promovendo o aproveitamento desses.
Diretriz 8: Aperfeiçoar a divulgação e discussão da questão socioambiental na política, planos, programas e projetos do MT e vinculadas junto ao público e a grupos de interesse.
Diretriz 9: Manter o contínuo processo de aperfeiçoamento e modernização do licenciamento ambiental em empreendimentos de transportes.
Diretriz 10: Fortalecer a gestão dos processos de desapropriação e reassentamento, de forma a dar maior celeridade e segurança jurídica aos empreendimentos de transporte, assegurando os aspectos socioambientais.

Elaboração: LabTrans/UFSC (2016)

Quadro 2: Ranking das ações prioritizadas

Diretriz	Ação	Ranking
D9	Concluir a implantação e aprimorar constantemente o Sistema Informatizado de Gestão das Informações do Licenciamento Ambiental, do MTPA e vinculadas.	1
D3	Manter estrutura especializada em assuntos socioambientais vinculada à unidade decisória do MTPA.	2
D9	Aprimorar os canais de comunicação, entre o MTPA e vinculadas, com os órgãos envolvidos no licenciamento.	3
D1	Desenvolver solução de informática para gerenciar as informações dos fóruns intersetoriais	4
D9	Favorecer a integração e o aproveitamento dos resultados dos projetos e estudos de engenharia no processo de licenciamento ambiental.	5
D2	Aplicar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) como instrumento de avaliação das políticas, planos e programas do setor de transportes	6
D3	Fortalecer a interação interinstitucional entre o MTPA e órgãos com atuação no processo de licenciamento.	7
D3	Assegurar a interação contínua entre os técnicos de planejamento e projeto e os técnicos da área socioambiental.	8
D9	Aprimorar a discussão técnica no desenvolvimento dos Termos de Referências (TRs) com órgãos atuantes no processo de licenciamento.	9
D3	Criar, integrar e uniformizar as iniciativas de gestão socioambiental do MTPA e vinculadas.	10
D10	Implementar e aprimorar sistemas de gestão de processos de desapropriação, reassentamento e áreas com restrição de uso.	11
D3	Assegurar a formação de estrutura técnica e gerencial para a área socioambiental do MTPA e vinculadas.	12
D9	Propor a inclusão, em Lei ou Resolução CONAMA, de dispositivo que vincule diretamente a condicionante ao impacto ambiental gerado pelo empreendimento em consonância com as competências institucionais do empreendedor.	13
D9	Propor a implementação de normativos que padronizem os procedimentos dos órgãos ambientais em todas as esferas da federação.	14

Diretriz	Ação	Ranking
D6	Estabelecer, junto aos órgãos ambientais, uma série histórica de dados, permitindo a análise integrada, modelagem de cenários e qualificação do conhecimento sobre a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do setor de transportes.	15
D9	Promover a discussão de temas relacionados ao licenciamento ambiental.	16
D8	Compartilhar informações sobre as ações socioambientais em plataformas digitais constantemente atualizadas.	17
D5	Criar procedimentos para as ações de gerenciamento de riscos, emergência e contingência em todos os modos.	18
D10	Aprimorar o rito processual dos procedimentos de desapropriação e reassentamento.	19
D3	Revisar os normativos, instruções de serviço e procedimentos de gestão ambiental, prevendo a exigência de implementação dos indicadores de desempenho e refletindo a evolução da legislação ambiental.	20
D1	Definir uma agenda para articulação entre os órgãos de infraestrutura para responder aos desafios socioambientais.	21
D2	Definir indicadores para sistematizar as análises socioambientais, acompanhar e monitorar a implementação das políticas, planos e programas do setor de transportes.	22
D9	Envolver especialistas, inclusive dos órgãos envolvidos no licenciamento, na criação e atualização das normas técnicas do MTPA e vinculadas.	23
D9	Participar ativamente das discussões para fins de aperfeiçoamento da legislação ambiental.	24
D9	Desenvolver manuais de instrução para orientar os procedimentos de licenciamento ambiental para todos os modos.	25
D3	Incluir as Diretrizes Socioambientais na Política de Transportes.	26
D6	Revisar, atualizar e criar manuais, especificações e normas técnicas.	27
D10	Aprimorar a metodologia de inserção dos custos de desapropriação e reassentamento.	28
D10	Apoiar as iniciativas relacionadas aos projetos de regularização, gestão das faixas de domínio e demais áreas com restrição de uso.	29

Diretriz	Ação	Ranking
D3	Estabelecer plano de capacitação das questões socioambientais para os envolvidos nas diferentes fases de concepção dos empreendimentos de transportes.	30
D5	Disponibilizar informações sobre as ocorrências de desastres e sobre respectivas medidas de resposta.	31
D10	Promover a padronização de procedimentos jurídicos, por meio de normativos que organizem as responsabilidades nos processos de desapropriação e reassentamento.	32
D5	Incentivar o uso das informações do registro de ocorrências de acidentes e desastres nos planos e projetos do setor.	33
D5	Fortalecer a relação interinstitucional para o estabelecimento de ações de prevenção, mitigação, resposta e recuperação.	34
D10	Fortalecer a celebração de acordos interinstitucionais para agilizar e desburocratizar os procedimentos de desapropriação e reassentamento.	35
D5	Apoiar a sistematização integrada do registro de ocorrência de acidentes e desastres.	36
D10	Qualificar e incrementar o corpo técnico inerente à área temática.	37
D2	Aperfeiçoar a inserção dos instrumentos de territorialidade no planejamento do setor de transportes, promovendo a compatibilização de políticas, planos e programas com o zoneamento ecológico-econômico.	38
D6	Aperfeiçoar a inserção das questões socioambientais nos estudos de viabilidade.	39
D8	Aperfeiçoar os mecanismos de contribuição da sociedade, fortalecendo o processo de tomada de decisão com respaldo social.	40
D6	Aprimorar a análise e a aprovação dos projetos e estudos.	41
D6	Desenvolver especificações, normas técnicas e instruções de serviço para o modo hidroviário.	42
D6	Aprimorar os instrumentos utilizados para contratação.	43
D10	Expandir a aplicação do conceito de vulnerabilidade socioeconômica para os processos de desapropriação.	44

Diretriz		Ação	Ranking
D3	Criar e aperfeiçoar os fóruns de divulgação e aperfeiçoamento das normas técnicas aplicadas ao setor de transportes.		45
D3	Incorporar as questões socioambientais nos sistemas de custo do setor de transportes.		46
D5	Apoiar o comitê do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos (P2R2), no que tange ao setor de transportes para elaboração do Plano de Ação de Emergência (PAE) em rodovias.		47
D4	Elaborar e manter atualizados os inventários de emissões do setor de transportes.		48
D10	Consolidar e atualizar a regulamentação técnica e jurídica para ações de reassentamento em empreendimentos de transporte.		49
D8	Avaliar a eficiência dos diferentes instrumentos de comunicação, identificando aqueles que devam ser continuados e/ou aperfeiçoados, bem como a necessidade de criação de novos instrumentos.		50
D2	Estimular a inserção da AAE no planejamento regional de transportes.		51
D1	Criar comitê técnico com a participação das entidades vinculadas para discussão dos assuntos pertinentes aos fóruns intersetoriais que o MTPA integra.		52
D2	Participar ativamente da elaboração de instrumentos de gestão de território.		53
D3	Incluir as Diretrizes Socioambientais nas discussões relativas ao Plano Plurianual (PPA) no âmbito do MTPA.		54
D7	Estimular pesquisas científicas sobre medidas mitigadoras, compensatórias e potencializadoras dos impactos ambientais gerados pelo setor de transportes, inclusive sobre a eficiência dessas medidas.		55
D8	Definir uma agenda de planejamento setorial para orientar as ações de educação e comunicação socioambiental.		56
D4	Promover a articulação institucional em busca da redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).		57
D2	Aprimorar a inserção da intermodalidade no planejamento de transportes considerando a questão socioambiental.		58

Diretriz	Ação	Ranking
D1	Assegurar respaldo político, técnico e jurídico aos representantes do MTPA perante os fóruns intersetoriais.	59
D6	Desenvolver normas para incorporar as questões de mudança do clima no setor de transportes.	60
D8	Fortalecer a divulgação das ações de gestão socioambiental desenvolvidas pelo setor de transportes.	61
D5	Disponibilizar ao público os anuários estatísticos de acidentes.	62
D10	Destinar recursos específicos para desapropriação, reassentamento e áreas com restrição de uso.	63
D7	Estimular trabalhos de pesquisas na área socioambiental com Recursos de Desenvolvimento Tecnológico (RDT).	64
D7	Estimular pesquisas e respectivas publicações sobre pavimentos ecológicos e de baixa emissão sonora, barreiras acústicas, passivos ambientais, travessias urbanas, emissões atmosféricas e passagens de fauna, contabilidade ambiental, entre outros, normatizando seu uso.	65
D3	Fortalecer a dimensão socioambiental nas vistorias e fiscalizações realizadas pelas vinculadas do MTPA.	66
D1	Acompanhar as discussões referentes aos ODS, a fim de implementá-los no âmbito das ações e competências do MTPA e das vinculadas.	67
D3	Fortalecer a atuação do MTPA no acompanhamento das tendências mundiais, com destaque para a relação das suas competências com os acordos firmados pelo Governo brasileiro.	68
D4	Elaborar estudos e estratégias de adaptação à mudança do clima.	69
D7	Estimular o desenvolvimento de pesquisas na interface mudança do clima e o setor de transportes.	70
D4	Incorporar mecanismos de adaptação na infraestrutura de transportes.	71
D7	Fortalecer unidades de pesquisa no âmbito do MTPA.	72
D4	Incorporar mecanismos de redução das emissões de GEE em todas as fases da concepção da infraestrutura de transportes.	73

Diretriz	Ação	Ranking
D5	Ampliar a divulgação de campanhas socioeducativas de segurança para a prevenção de acidentes.	74
D7	Promover atividades e pesquisas no âmbito de desenvolvimento de tecnologias e inovação, promovendo a integração e o aproveitamento do conhecimento produzido.	75
D7	Destinar recursos para o desenvolvimento tecnológico em todos os modos de transporte.	76
D5	Reforçar o uso de tecnologias para prevenção e segurança viária nas etapas de construção e operação das vias.	77

Elaboração: LabTrans/UFSC (2016)

Apêndice 4: *Slides* utilizados no evento de validação



Slide 01



Slide 02



Slide 03



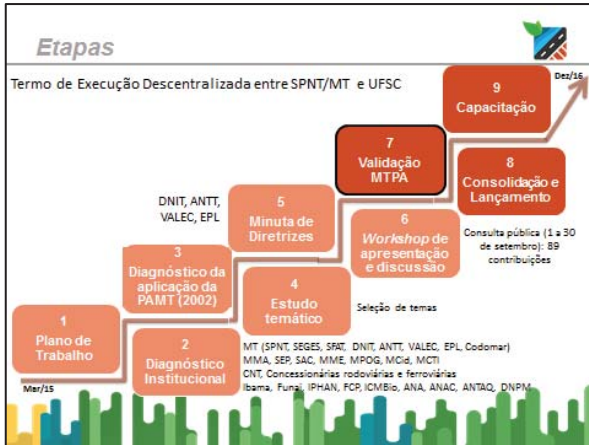
Slide 04



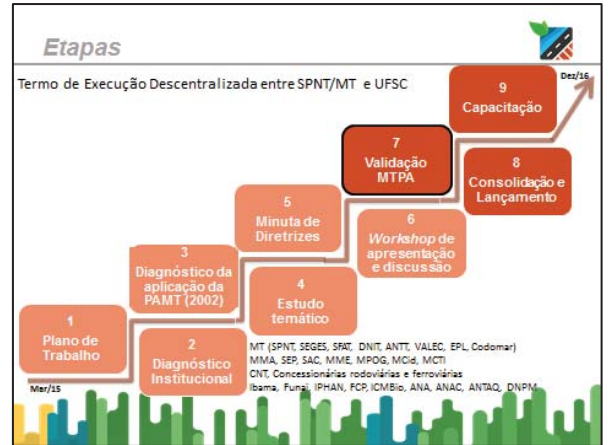
Slide 05



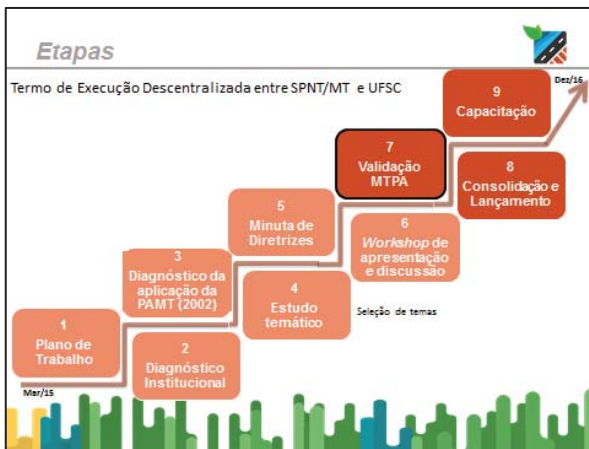
Slide 06



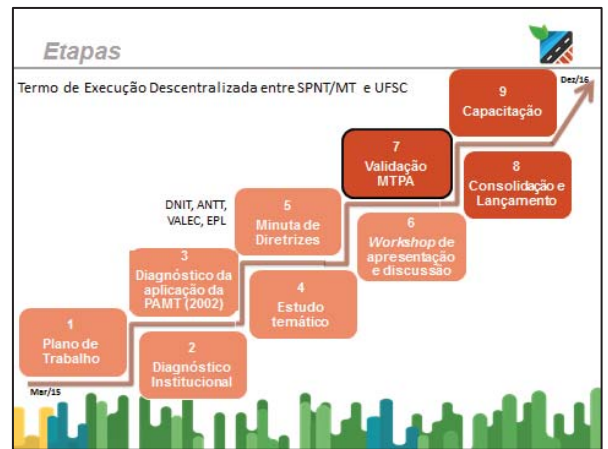
Slide 07



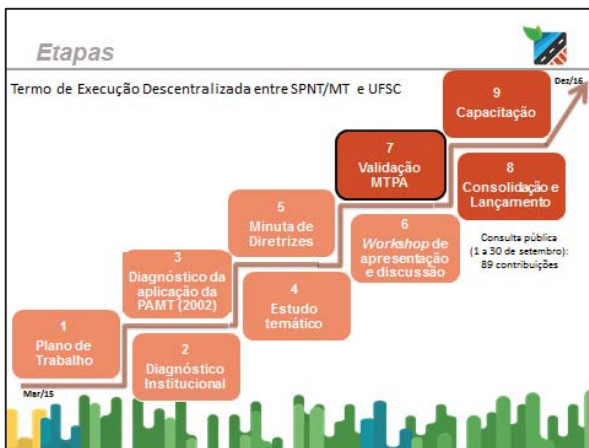
Slide 08



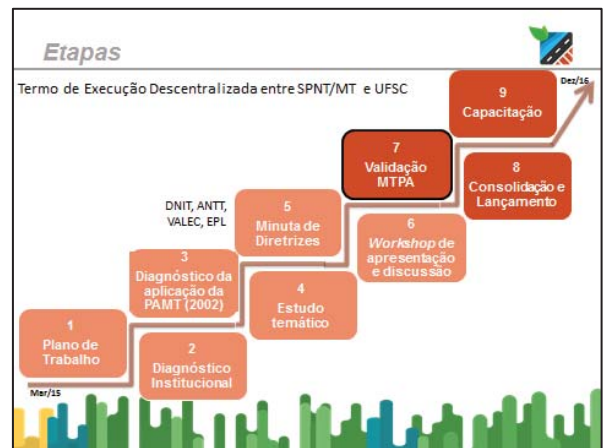
Slide 09



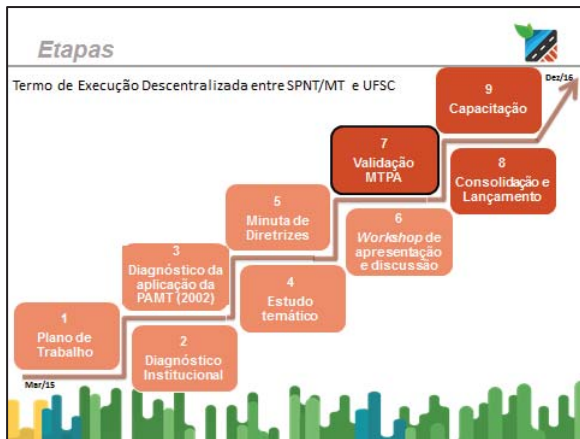
Slide 10



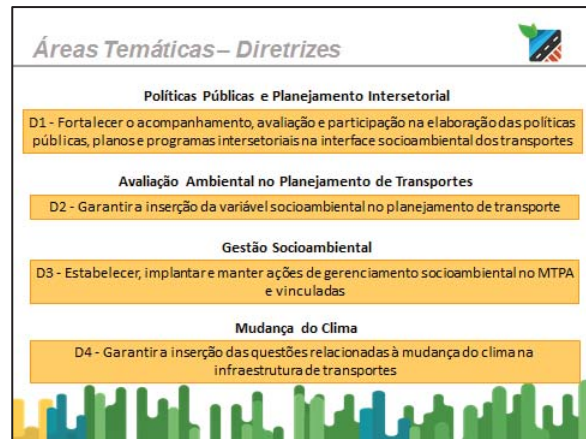
Slide 11



Slide 12



Slide 13



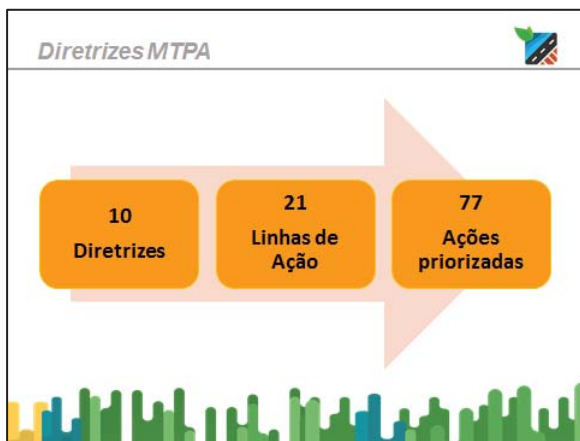
Slide 14



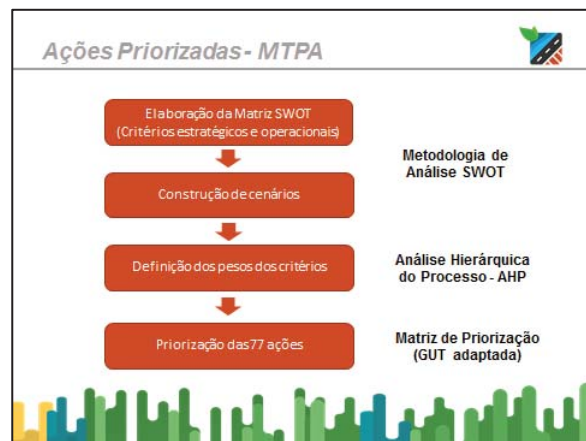
Slide 15



Slide 16




Slide 17



Slide 18


Próximos passos



Lançamento das Diretrizes Socioambientais do MTPA

Capacitação das equipes técnicas

Novembro de 2016



Slide 19



OBRIGADO

<http://www.transportes.gov.br/viasustentavel.html>



Slide 20



Ferrovía Transnordestina - Missão Velha (CE)



Contorno e Pátio Ferroviário, Araraquara (SP)



Hidrovia Tietê (PR)



Hidrovia Tietê PR



BR - 242 (MT)



Ponte sobre o Rio Paraná